

100 CRÔNICAS DE LINGUAGEM

Aline Saddi Chaves
Lucinéia Ramos



100 CRÔNICAS DE LINGUAGEM



Esta obra foi financiada pelo Núcleo de Ensino de Línguas da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Esta obra está vinculada ao grupo de pesquisa
Núcleo de Estudos Bakhtinianos (NEBA/CNPq)



**Aline Saddi Chaves
Lucinéia Ramos**

**100 CRÔNICAS
DE LINGUAGEM**


Pedro & João
editores

Copyright © Autoras

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras.

Aline Saddi Chaves; Lucinéia Ramos

100 crônicas de linguagem. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 245p.

**ISBN 978-65-87645-27-8 [Impresso]
978-65-87645-28-5 [Digital]**

1. Estudos de linguagem. 2. Crônicas. 3. Programa de rádio. 4. Autoras. I. Título.

CDD – 410

Capa: Colorbrand Design

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi Maia (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2020

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), pelo incentivo à divulgação científica no estado, e em especial à Profa. Dra. Márcia Regina Martins Alvarenga, Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, pela dedicação com que exerce seu papel de gestora, um exemplo de competência e sensibilidade.

Ao Diretor Presidente da Fundação Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativas de Mato Grosso do Sul (Fertel/MS), Bosco Martins, pela parceria, diálogo e estímulo à circulação das pesquisas acadêmicas nas diversas áreas do conhecimento, sobretudo, abrindo as portas da Educativa FM 104,7 e da televisão para a divulgação da ciência aos ouvintes e telespectadores.

Ao Coordenador da Rádio Educativa, Anderson Barão, pela oportunidade dada em muitos horários da programação, incluindo aqueles considerados nobres, por atingirem o maior número de pessoas.

A Juscelino Burton, técnico responsável pela criação das vinhetas e pelo fluxo de conteúdos que circulam durante a programação da Rádio.

A Gong Li Cheng, pela importante contribuição na elaboração das crônicas sobre manifestações artísticas de linguagem, com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), no período de sua formação no Curso de Letras (Licenciatura Português-Inglês) da UEMS de Campo Grande.

Aos jovens pesquisadores formados nos Cursos de Letras da UEMS (Graduação e Pós-Graduação), cujas produções serviram de inspiração para muitas crônicas.

Aos nossos familiares, em especial, Benedita Mendes Ramos e Edmar da Silveira Martins, pela paciência e

compreensão nos momentos de anseios, e pelas críticas e sugestões que nos ajudaram a empreender a nossa própria “aventura do livro”, lembrando o título da obra de Roger Chartier.

Nosso agradecimento especial a você, querido leitor e possível ouvinte do programa “UEMS em Sintonia”, pela companhia, pela audiência, pelos pedidos de reprise dos áudios que abordaram assuntos pertinentes para a coletividade, permitindo que mais pessoas tivessem acesso a informações cientificamente fundamentadas, em uma época atravessada pela pós-verdade.

Aline Saddi Chaves e Lucinéia Ramos

PREFÁCIO

O ESPECTRO DE ROQUETTE-PINTO

No Brasil dos anos 1920, de 60 a 70 por cento do povo brasileiro não sabia ler e escrever. Enquanto isso, nações mais desenvolvidas experimentavam a novidade tecnológica do momento: o rádio. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), havia aparelhos usados na comunicação entre as tropas encalhados no depósito da companhia Westinghouse. Até uma boa ideia colocar uso naqueles equipamentos condenados à sucata. Os proprietários construíram uma estação transmissora no pátio da fábrica e distribuíram os rádios armazenados aos vizinhos. Transmissões foram realizadas para que os moradores das redondezas ouvissem em seus receptores. Deu tão certo que a Westinghouse passou a produzir e comercializar aparelhos de rádio que irradiavam a programação daquela que é considerada a primeira emissora radiofônica dos Estados Unidos, chamada KDKA. Era inaugurada uma década de vertiginosa ascensão da então nova mídia. Os primeiros conteúdos da KDKA foram boletins sobre as eleições estadunidenses em novembro de 1920. Ouvido por apenas mil pessoas, o feito ganhou destaque nacional e motivou a rádio a diversificar sua grade, incluindo cultos religiosos e músicas da banda formada por funcionários da companhia. Abriu-se um mercado vigoroso que logo se expandiu.

Alguns anos antes, no Brasil, era realizada a Missão Rondon, com o objetivo, entre outros, de estudar e registrar as culturas indígenas distribuídas pelo país. Um dos resultados mais notáveis e cruciais das pesquisas foram as provas científicas que desmontavam o consenso

intelectual vigente de que a miscigenação estava criando raças degeneradas e inferiores. Os trabalhos da Missão Rondon mostraram que os problemas daquelas pessoas eram consequência de condições sociais e políticas que precarizavam a saúde e a educação públicas, e não de suas configurações biológicas. Em 1912, um dos integrantes da Missão Rondon era um jovem professor e antropólogo chamado Edgar Roquette-Pinto, que adotou como projeto de sua vida a educação de pessoas a quem era negado o acesso ao ensino. Então, chegava a década de 1920. Nela, os caminhos de Edgar Roquette-Pinto e dos experimentos exitosos da radiodifusão nos Estados Unidos se cruzariam.

O Brasil estava prestes a completar o primeiro centenário de sua Declaração de Independência. O ano era 1922 quando uma feira tecnológica trouxe dos Estados Unidos os últimos avanços no segmento da radiodifusão. Para testar os novos equipamentos e convencer os investidores, foi organizada uma grandiosa experimentação, que também serviria para celebrar os 100 anos do Brasil como pátria independente. Estações transmissoras foram instaladas em Petrópolis e Niterói, mas a que despertou ainda mais o idealismo em Edgar Roquette-Pinto estava no alto do Morro do Corcovado, na cidade do Rio de Janeiro. Através dela, o presidente da república Epitácio Pessoa proferiu seu discurso de 7 de setembro e o professor escutou com estranheza e entusiasmo. Estranheza pelos ruídos “roufenhos”. Entusiasmo porque vislumbrou as possibilidades do rádio para sua estimada missão de levar a educação a quem estava negligenciado pela sociedade e governos.

Depois disso, Edgar Roquette-Pinto, com vários apoios, entre eles, o do engenheiro e astrônomo franco-brasileiro Henrique Morize, criou sua própria emissora: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, inaugurando a radiodifusão no Brasil em 1923. Com músicas de concerto e

notícias dos jornais, a programação apresentava conteúdos educativos, como palestras sobre ciências, declamações de poesias, aulas de literatura e saraus. Eram programas direcionados a pessoas que desejavam e precisavam aprender e enriquecer seus intelectos, o que ajudava a abrir chances melhores em espaços de trabalho. Eram como aulas em áudio ao vivo, ancestrais dos telecurso, do ensino a distância e das aulas-remotas, tão utilizadas em tempos de isolamento social devido à pandemia do novo coronavírus. Além disso, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e as emissoras que surgiram depois semearam, desde o início da radiodifusão no Brasil, a ideia de rádio educativa que, mais tarde, seria prevista em legislação como atributo obrigatório de emissoras sem fins comerciais e com objetivo exclusivamente culturais e educativos. Um exemplo é a Rádio Educativa 104 FM, descendente dos ideais de Edgar Roquette-Pinto.

É possível afirmar que o rádio no Brasil é fruto do desejo de educar, de transmitir conhecimento e cultura, e de elevar o nível intelectual de forma democrática, acessível livremente a todo o povo. Obviamente, em quase um século de existência, o rádio brasileiro diversificou suas produções. Tornou-se comercial, humorística, esportiva, jornalística, ideológica, publicitária e musical, afastando-se da concepção original sonhada por Roquette-Pinto ou aglutinando seus conceitos a essas características. Provavelmente, durante décadas, o rádio contribuiu de alguma maneira para a melhoria do nível educacional das pessoas, mas vários fatores passaram a ser mais decisivos para essa evolução, embora outros sérios problemas estruturais da educação no país já não dependam tanto de um rádio educativo. Além disso, a televisão e as tecnologias digitais de informação vem ocupando o protagonismo nas propostas para responder a demandas educacionais contemporâneas do Brasil.

Porém, o espectro do rádio educador emanado por Roquette-Pinto ainda paira benignamente em excelentes práticas no bom e velho rádio. Práticas que utilizam o poder ainda forte dessa mídia para levar ao público conhecimento e aprendizado. Uma dessas experiências é o “UEMS em Sintonia”, série de programas breves – no jargão do meio, programetes -, veiculada pela Rádio Educativa 104 FM de Campo Grande (MS). A ação ganha as páginas do livro “Cem Crônicas de Linguagem”, idealizado e organizado pela jornalista Lucinéia Ramos, que atuou por anos na redação dos noticiários dessa emissora pública e educativa. Os programas são focados na área de Letras, com informações significativas sobre linguística, semântica e outros ramos do estudo do idioma, mas se estende para temas que envolvem o universo acadêmico e a importância da pesquisa. Elaborados pela professora Dra. Aline Saddi Chaves, os programas mostram a união entre a solidez dos conteúdos e a dinâmica da comunicação radiofônica. O resultado é uma verdadeira enciclopédia sonora que invadia os intervalos da programação da rádio, muitas vezes, surpreendendo a audiência com pequenas e substanciais doses de novos aprendizados sobre a língua que usamos para falar, escrever e expressar nossas percepções sobre a vida. Mérito do rádio e sua intacta capacidade de permitir que informações sejam absorvidas em qualquer grau de atenção.

Agora, temos a oportunidade de fazer contato com a riqueza desse conjunto de pequenas aulas no livro “Cem Crônicas de Linguagem”. Ciente da singularidade da linguagem radiofônica, a coautora e organizadora também disponibiliza áudios dos programetes, que podem ser ouvidos como uma espécie de *podcast*, acompanhado ou não pela leitura dos textos transcritos na obra. É um convite a novos horizontes do saber e ao reencontro com o sentimento que levou Edgar Roquette-Pinto, nos anos

1920, a desejar e conceber os primórdios do rádio no Brasil. Afinal, para ele, o rádio tinha o potencial de ser uma “máquina importante para educar o nosso povo”. “UEMS em Sintonia” é a prova que o apaixonante meio de comunicação ainda possui força para converter esse potencial em maravilhosas ações educativas.

Clayton Sales

Jornalista, radialista,
professor e mestre em Ciência da Informação
pela UnB

APRESENTAÇÃO

Este livro nasceu da necessidade de compartilhar o programa “UEMS em Sintonia”, transmitido pela Rádio Educativa 104,7 FM, a partir de um projeto de extensão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, campus de Campo Grande. Foram quatro anos de divulgação de temas voltados para a área de conhecimento das línguas e linguagens, no formato de crônicas diárias, com duração de 2 minutos e 30 segundos.

A proposta deste projeto de extensão guiou-se, desde o início, pela necessidade de levar ao público ouvinte os conhecimentos científicos produzidos na universidade, em particular no Curso de Letras, por meio de uma linguagem didática e acessível, sem perder de vista as questões teóricas que fundamentam as crônicas. Entendemos, assim, que uma das principais vocações da universidade é universalizar o conhecimento, divulgando suas produções para contribuir, de alguma forma, com o bem comum e, sobretudo, com a construção do ponto de vista crítico, em uma realidade de amplo acesso à informação.

Nesse sentido, ressalto a participação efetiva, corajosa, humilde e visionária da autora, Profa. Dra. Aline Saddi Chaves, docente e pesquisadora do Curso de Letras da UEMS de Campo Grande, que assumiu este projeto e se dispôs a ser corrigida quando a linguagem não se adequava ao meio de veiculação, precisando ser simplificada para uma melhor compreensão do ouvinte, qualquer que fosse seu grau de instrução.

Para a veiculação das crônicas, a professora ia regularmente aos estúdios da Rádio Educativa MS e gravava no mínimo três áudios, que foram ao ar de domingo a domingo, em diferentes horários e com

alternância de temas. Com uma frequência de três inserções diárias, as questões científicas da área de Letras atingiram diversos públicos, desse modo cumprindo o objetivo de desmistificar e popularizar as ciências da linguagem.

De 2016 a 2020, foram transmitidos mais de duzentos áudios, em torno de assuntos variados, reunidos neste livro em oito principais temáticas: *No princípio era o verbo* abre a coletânea de crônicas com temas linguísticos, com destaque para a etimologia de palavras do uso comum, empréstimos e estrangeirismos, sinônimos, provérbios, entre outros; *Outras linguagens* introduz a riqueza da linguagem humana, veiculada por palavras, imagens, gestos, em variadas manifestações sociais, notadamente artísticas; *A língua em seus movimentos* propõe um tom mais político às crônicas, revelando ser a língua/linguagem o lugar do diálogo, em uma relação de acordo ou conflito; *Linguagem, língua e identidade* apresenta as crônicas que abordam um tema contemporâneo na sociedade: a relação entre língua e identidade, diversidade étnica e (multi)cultural; *Linguagem e ciência* aborda temas geralmente restritos à esfera acadêmica, como a subjetividade da pesquisa, os limites da ciência e abordagens teóricas pouco disseminadas nos lugares de grande circulação da linguagem, como as mídias; *Linguagem, ensino e aprendizagem* introduz a contribuição efetiva das ciências da linguagem para o fazer didático e pedagógico; *Linguagem e filosofia* reúne crônicas sobre temas da filosofia que, de modo direto ou indireto, estão relacionados à linguagem humana, à moral e ao que vem a ser uma vida boa; *Linguagem e Tecnologia* finaliza a coletânea com crônicas sobre o impacto da tecnologia na linguagem, e vice-versa.

Tendo em vista que esta obra visa à divulgação científica, os textos apresentam uma linguagem mais

acessível ao público. Para garantir uma leitura fluida e atraente, a autora optou por não seguir estritamente as normas técnicas empregadas em textos científicos. Com relação à linguagem adotada, as crônicas foram adaptadas às normas básicas de escrita, omitindo as marcas de oralidade características do veículo radiofônico. Isso explica por que os áudios, disponibilizados ao leitor na versão digital do livro (*e-book*), podem apresentar divergências com relação à versão escrita.

Sobre a seleção das crônicas, foi difícil escolher aquelas que deveriam compor esta coletânea, o que justifica que alguns capítulos apresentam mais crônicas do que outros.

As páginas deste livro apresentam textos leves, apesar de tratarem de assuntos complexos, oriundos da área científica. Disponibilizamos aos leitores/ouvintes os áudios de alguns programas, desejando que tenham uma experiência de pura fruição no contato com temas que, no final das contas, fazem parte das questões mais cotidianas.

Boa leitura!

Lucinéia Ramos

Mestre em Letras

Jornalista da Rádio Educativa 104,7 FM

Produtora do programa "UEMS em Sintonia"

SUMÁRIO

I No princípio era o verbo...	21
1. As funções da linguagem humana	23
2. Etimologia	25
3. Carnaval: “adeus à carne”	27
4. Títulos acadêmicos	29
5. Propina, gorjeta, cafezinho	31
6. Empréstimo e estrangeirismo	33
7. Expressões latinas	35
8. Provérbios franceses	37
9. Expressões imagéticas	39
10. Expressões idiomáticas com alimentos	41
11. Expressões idiomáticas francesas	43
12. Ismos	45
13. Sinônimos	47
14. Aspecto verbal	49
15. Antítese	51
16. Eufemismo	53
17. Os tempos verbais: da lógica ao ponto de vista do falante	55
18. O enriquecimento das línguas pelos neologismos	57
II Outras linguagens	59
19. As linguagens não-verbais	61
20. Aperto de mão	63
21. A semiótica da imagem	65
22. A obra aberta: René Magritte	67

23. Arte e consumo	69
24. A arte tem limites?	71
25. Grafite	73
26. Pichação	75
27. Código vestimentário	77
28. Mídia(s)	79
29. A semiótica da publicidade	81
30. Humor e memória social	83
31. Inhotim	85
32. Edward Hopper, o pintor da solidão	87
33. Cinema	89
III A língua em seus movimentos	91
34. O sentido das palavras	93
35. Diferenças de linguagem entre homens e mulheres	95
36. Estereótipos linguísticos	97
37. O ponto de vista jornalístico: neutralidade e objetividade?	99
38. 11 de setembro	101
39. Presidente ou Presidenta?	103
40. Cartazes de manifestações	105
41. Esportes e política	107
42. Bur(r)ocracia	109
43. Por que lemos sobre fofoca?	111
44. Silêncio	113
45. Liberdade de expressão	115
46. Vocabulário da política	117
47. 14 de julho	119
48. Greve	121
49. Slogan político	123

IV Linguagem, língua e identidade	125
50. Identidade	127
51. Identidade nacional	129
52. Língua e identidade	131
53. Língua brasileira	133
54. Nomes indígenas	135
55. Mantiqueira	137
56. Nacionalismo e plurilinguismo	139
57. Língua e status	141
58. Politicamente (in)correto	143
59. Diversidade	145
60. Etnia e raça	147
V Linguagem e ciência	149
61. Subjetividade da pesquisa	151
62. Os limites da ciência	153
63. A função da universidade	155
64. A teoria dos signos	157
65. Comunicação	159
66. Língua, cultura e sociedade	161
67. Pragmática	163
68. Língua escrita e língua oral	165
69. Gramáticos e linguistas	167
70. Língua, história e sentido	169
71. O interdiscurso	171
72. Memória social	173
VI Linguagem, ensino e aprendizagem	175
73. Escola	177
74. Ensinar e educar	179
75. Infância	181
76. Aquisição ou aprendizagem?	183

77. Aprender um idioma	185
78. Leitura	187
79. Leitura e escrita	189
80. O texto argumentativo	191
81. Blog e aprendizagem	193
82. Sala de aula e tecnologia	195
83. Importância da leitura	197

VII Linguagem e filosofia 199

84. A questão da referência	201
85. Retórica	203
86. Paráfrase	205
87. Inferência	207
88. Tautologia	209
89. Vida boa	211
90. Tempo	213
91. Argumentação	215

VIII Linguagem e tecnologia 217

92. Tecnologias digitais	219
93. Internetês	221
94. Linguagem oral e escrita na comunicação digital	223
95. Netiqueta	225
96. Pós-verdade	227
97. Post Facebook	229
98. Fake News e eleições	231
99. Os memes são as novas charges políticas	233
100. O efeito de verdade nos números da pandemia	235

NO PRINCÍPIO ERA O VERBO...

AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM HUMANA

A linguagem é uma habilidade exclusiva dos seres humanos? Segundo estudiosos, tanto os homens quanto os animais possuem uma aptidão para a comunicação por meio da linguagem. A diferença é que, entre os animais, essa capacidade se limita à transmissão de uma mensagem por meios sonoros e sensoriais. O linguista francês Émile Benveniste explica que as abelhas se comunicam por meio de danças, que têm por finalidade indicar a distância para se alcançar o alimento. Já a linguagem humana não se limita à simples transmissão de uma informação. Seu veículo é a língua, um sistema de signos, ou seja, um código desenvolvido por uma comunidade linguística em particular, que permite a seus falantes realizarem inúmeros atos de fala. Por meio da língua e da linguagem, o homem não apenas informa, mas também percebe o mundo à sua volta, interage com outros indivíduos, expressa emoções, constrói sua própria identidade, tenta convencer ou persuadir, cria, até mesmo, realidades inexistentes, como neste verso de Manoel de Barros: “Deixei uma ave me amanhecer”. A linguagem também é ação, segundo o linguista brasileiro José Luiz Fiorin. Assim, é somente ao proferir dizeres como “Declaro-os marido e mulher” que o matrimônio adquire validade, aos olhos de uma religião. Por tudo isso, diz-se que a linguagem humana é uma atividade simbólica, que não se limita a informar alguém a respeito de algo.



“Ave da Manhã” (Edson Castro, 2017). Cedido pelo autor.
Fonte: Instagram @edsoncaztro_

ETIMOLOGIA

A palavra “etimologia” vem do grego *étimo*, que significa “origem”, e *logia*, “campo de estudos”. Para os estudiosos da etimologia das palavras, assim como os seres vivos, as palavras também nascem e evoluem. A palavra “átomo”, por exemplo, significa “indivisível”, mas os avanços das ciências revelaram que essa partícula é dividida em prótons, nêutrons, mésons, elétrons. Assim, a palavra “átomo” teve seu significado reformulado nos dicionários lexicográficos. Já a palavra “trabalho” vem do latim *tripalium*, termo formado pela junção dos elementos *tri*, que significa “três”, e *palum*, que quer dizer “madeira”. *Tripalium* era o nome de um instrumento de tortura constituído de três estacas de madeira bastante afiadas, de uso corrente em tempos remotos, na região hoje ocupada pela Europa. Originalmente, portanto, “trabalhar” significava “ser torturado”. Os escravos e os pobres que não podiam pagar os impostos eram os que sofriam as torturas no *tripalium*. Assim, quem trabalhava, naquele tempo, eram as pessoas destituídas de posses e, por extensão, aquelas que desempenhavam atividades de grande força física: camponeses, artesãos, pedreiros, etc. Com o tempo, “trabalho” passou a significar uma atividade exaustiva ou difícil. Foi somente no século XIV que a palavra adquiriu o sentido genérico que hoje lhe atribuímos, relacionado à aplicação das forças e faculdades (talentos, habilidades) humanas para alcançar um determinado fim. Com a especialização das atividades humanas, sobretudo a partir da Revolução Industrial no século XIX, “trabalho” ganhou novas acepções, de tal modo que o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* lhe dedica vinte acepções básicas e diversas expressões idiomáticas.

CARNAVAL: “ADEUS À CARNE”

O brasileiro é um povo festeiro? Pelo menos, esta é uma imagem bastante difundida internacionalmente a nosso respeito, e ganha todo seu sentido na época da festa mais esperada do ano: o Carnaval. A palavra “carnaval” tem origem no italiano *carnevale*, que deriva do latim, resultado da aglutinação dos radicais “carne” (*carnis*) e “retirar” (*levare*). Literalmente, “carnaval” significa “tirar a carne”. A forte associação do termo com a tradição católica leva a outro significado: o carnaval marca o início da quaresma, ou seja, o período que antecede a Páscoa. A história do carnaval acompanha a história da Igreja católica, mais exatamente o século XI, em plena Idade Média. Seu período é compreendido entre a Epifania, ou Festa dos Reis, celebrada no dia 6 de janeiro, e o início da quaresma, na Semana Santa. Antes desse período, era permitido festejar, ficando a festa conhecida até hoje como “adeus à carne”. Na época moderna, o termo foi ganhando novas significações, segundo o contexto de uso. Assim, os dicionários atribuem dois sentidos próprios – como dissemos, festa profana e período que antecede a quaresma – e dois sentidos figurados – um estado de ânimo de alegria, e, de outro lado, confusão e bagunça. De “carnaval” derivam o adjetivo “carnavalesco”, relativo ao carnaval, e o substantivo homônimo, que designa o profissional responsável pela criação das fantasias e alegorias dos desfiles que arrastam multidões no Brasil. Você notou como, em nosso dia a dia, empregamos palavras e expressões carregadas de história?

TÍTULOS ACADÊMICOS

Nas universidades, um dos rituais acadêmicos mais esperados é a formatura. Todos os anos, formam-se licenciados e bacharéis nas mais variadas áreas do conhecimento: Geografia, Pedagogia, Letras, Agronomia, Direito, Artes cênicas, Turismo, Ciências da computação, entre muitas outras. A diferença entre os dois graus acadêmicos está em que o licenciado pode atuar como professor, seja na Educação Infantil, no Ensino Fundamental ou Médio, enquanto o bacharel deixa a universidade para exercer funções no mercado de trabalho, em áreas específicas. É interessante conhecer a etimologia dos termos “licenciatura” e “bacharelado”. O primeiro vem do latim *licentia*, que significa “dar permissão”. Segundo o Dicionário francês *Le Littré*, as licenciaturas universitárias foram assim denominadas porque davam permissão, licença, para ensinar. Já o termo “bacharelado” vem do latim vulgar *baccalarem*, que designa um cavaleiro iniciante. Na Idade Média, essa acepção se conservou, sendo o bacharel um herdeiro de terras e posses que estudava em propriedades rurais cedidas à universidade, cujo reitor era o *magnificus*, empregado até os dias atuais para se referir a essa autoridade, por meio do pronome de tratamento “Magnífico Reitor”. Posteriormente, o termo “bacharelado” adquiriu outra acepção, a partir da justaposição dos radicais *bacca* (*bago*) e *laureatus* (*coberto de louros*), resultando no sentido mais atual daquele que recebeu um prêmio, que triunfou. Após a formação universitária em nível de graduação, o licenciado e o bacharel podem evoluir para a formação em nível de pós-graduação, em sentido restrito (*stricto sensu*) ou amplo (*lato sensu*). O Mestrado e o Doutorado fazem parte da pós-

graduação *stricto sensu*, e formam mestres, do latim *magister*, aquele que ensina, e doutores, também do latim *docere*, docente, sendo considerado o mais alto grau acadêmico.

PROPINA, GORJETA, CAFEZINHO

São diárias as notícias sobre recebimento de gratificações em transações fraudulentas, em particular na esfera da política. Essas remunerações indevidas circulam nas mídias sob diferentes designações, sendo bastante comum ouvirmos ou lermos o termo “propina”. Originária do grego *pinó*, a palavra tem relação semântica com beber, bebida. É curioso perceber que o termo “gorjeta”, do latim *gurguis*, isto é, “garganta”, entretém a mesma ideia de “propina”. A gorjeta serve para “molhar a garganta”. Também recentemente, ouvimos o termo “cafezinho”, espécie de senha empregada para combinar o recebimento de favorecimentos ilícitos. Em francês, “gorjeta” é *pourboire*, literalmente, “para beber”. Também nesse idioma, o emprego conotativo de “propina” é “copo de vinho”, *pot de vin*. São acepções que se mantêm desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, até chegar aos dias de hoje. É, as palavras são cheias de ecos e memórias. Reverberam sentidos antigos, que se acreditava adormecidos. Mudam os tempos, mas nem sempre as palavras mudam seu sentido original, como mostram as designações “propina”, “gorjeta”, “cafezinho”. No Código Penal brasileiro, a “propina” é considerada um crime de corrupção ativa, qual seja oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício. No entanto, o ato de receber propina extrapola, nos dias de hoje, a esfera pública, e parece ter-se disseminado na cultura, indicando qualquer tipo de suborno em troca de dinheiro. Em sua função de informar e, não raro, de alardear os acontecimentos, a imprensa tem uma preferência especial pelo termo “propina”, cujo registro de linguagem se

relaciona às gírias, variantes menos formais da língua, em uso por certos grupos sociais marcados. Mas, em Portugal, “propina” significa o valor pago pelo ano escolar. Tudo isso indica que as palavras entretêm uma relação íntima com a cultura e a sociedade.

EMPRÉSTIMO E ESTRANGEIRISMO

Vamos conhecer um pouco mais sobre nossa língua portuguesa, em uma breve exposição sobre a diferença entre empréstimo linguístico e estrangeirismo. Faz parte do enriquecimento do léxico de uma língua, isto é, seu vocabulário, o empréstimo a palavras provenientes de línguas estrangeiras. Essa troca dá provas do caráter histórico e (i)memorial das línguas, o que contribui para enriquecê-las, reforçando a ideia de que uma língua é muito mais do que um instrumento de comunicação. *Abajur, sutiã, batom, chofer, greve*, são alguns dos mais conhecidos empréstimos linguísticos do francês para o português, incorporados ao nosso idioma no som e na grafia. Mas os galicismos, isto é, palavras provenientes da língua francesa, nem sempre mantiveram seu sentido original. A palavra *marchand*, por exemplo, é empregada em francês para se referir a qualquer comerciante, marchand de flores, queijos, frutas. Em português, *marchand* é empregado para se referir ao profissional que comercializa obras de arte. Diferente do empréstimo linguístico, o estrangeirismo refere-se a termos que conservaram a grafia, e não raro a pronúncia, do idioma original. São exemplos palavras como *grand-prix* ou *batata sauté*e (às vezes *sotê!*), ou expressões como *fin- de-siècle* e *déjà-vu*. As línguas são o lugar privilegiado da história e da memória de um povo. Conhecê-las ou simplesmente apreciá-las é uma forma de criar e de reforçar sua própria identidade.

EXPRESSIONES LATINAS

A conservação de termos latinos no vocabulário do português do Brasil testemunha a influência determinante da história, com seus povos e costumes, sobre as línguas, neste caso, a língua originalmente falada no Lácio, região que corresponde, nos dias de hoje, ao entorno da cidade de Roma, capital da Itália. O vocabulário jurídico é um dos mais ricos no emprego dessas expressões, a exemplo de *habeas corpus*, *data venia*, *res publica*, *stricto jure*, *sursis*. Na política, sobrevivem com êxito expressões como *ad referendum*, *ad hoc*, *vox populi*; na economia, *per capita*; no vocabulário acadêmico-científico, *corpus*, *corpora*, *mutatis mutandi*, *pro labore*, *apud*, *lato sensu*, *stricto sensu*, *ipsis litteris*, *ibidem*; no vocabulário policial, *modus operandi*, *causa mortis*, *post mortem*; no emprego usual, *a priori*, *a posteriori*, *pro forma*, *post scriptum*, *honoris causa*, *modus vivendi*, *grosso modo*, *ad infinitum*; na arquitetura, *intra muros*, *extra muros*. Nos termos médicos, não obstante as adaptações já sofridas, o parentesco com o latim é evidente em “cálcio” (*calcium*), “potássio” (*potassium*), “cartilagem” (*cartilago*), “cicatriz” (*cicatrix*), “intestino” (*intestinum*), “lactação” (*lactare*), “muco” (*mucus*). Na biologia, a presença do latim é marcante no nome científico de seres vivos, que indica, respectivamente, o gênero e a espécie: “gato” (*feliscatus*), “cavalo” (*equuscaballus*), “lobo” (*canis lúpus*), “cão” (*canis familiaris*), “jacaré” (*caimancrocodilus*), etc. Esses termos revelam que, ressalvado o fato de já não ser mais falado e de não sofrer variação, o latim, ainda que considerado uma língua morta, sobrevive com vigor nas línguas que dele derivam.

PROVÉRBIOS FRANCESES

Nós falamos sobre os estrangeirismos de origem francesa, os chamados galicismos. Mas você sabia que alguns provérbios, máximas e outros ditos também têm origem na língua francesa? Além disso, sabia que remetem a fatos e acontecimentos históricos? É o caso da expressão “sair à francesa”, que em francês é referida como “sair à inglesa”. Franceses e ingleses estiveram em guerra durante sete séculos, e os efeitos dessa inimizade persistem em ambas as línguas até os dias de hoje. Um agiota, por exemplo, era chamado de “inglês” (*anglais*). Em seguida, apareceu a expressão “sair à inglesa” (*filer à l’anglaise*), em referência a alguém que deixa um recinto sem se deixar notar. Na Inglaterra, a mesma expressão é *to take french leave*. No Brasil, saímos “à francesa”. No século XVI, aparece a expressão “ter os olhos maiores do que a barriga” (*avoir les yeux plus gros que le ventre*), pela pluma do filósofo, escritor e político francês Michel de Montaigne. E o que dizer da expressão “estar com a pulga atrás da orelha?” (*avoir la puce à l’oreille*). Ela aparece no conto *O Rouxinol*, do poeta e fabulista francês Jean de la Fontaine, no século XVII, nesta passagem: “quando a moça que pensa no seu amante ausente a noite toda, fica com a pulga atrás da orelha”. Originalmente, esse dito possuía uma conotação sexual. Mais tarde, a expressão passou a designar seu significado atual, isto é, uma atitude de desconfiança. Enfim, o famoso provérbio “o hábito não faz o monge” (*L’habit ne fait pas le moine*) teria origem em um fato histórico: em 1297, François Grimaldi teria se apossado da fortaleza de Mônaco, fazendo-se passar por um monge franciscano. O brasão monegasco, representando por dois

monges que seguram uma espada, ilustra essa epopeia da época medieval.

EXPRESSÕES IMAGÉTICAS

Em seu dia a dia, sem se darem conta, os falantes de uma língua empregam as chamadas expressões idiomáticas, ou seja, palavras e frases tipificadas em um idioma, cujo significado difere daquele normatizado nos dicionários. Não é diferente em nossa língua portuguesa, rica em expressões imagéticas, mais utilizadas na linguagem coloquial, com diferentes finalidades: facilitar a comunicação, provocar efeitos de riso ou ironia e também para transmitir uma mensagem de forma indireta. É assim que empregamos expressões enriquecidas pelo léxico da língua portuguesa, ou seja, o conjunto de palavras disponíveis em uma língua para o uso dos falantes. *Esse filme é um abacaxi, fiquei a ver navios, essa redação é uma pérola, ela só fala abobrinhas, perdi o fio da meada, ela está com dor de cotovelo, nem tudo são flores, ele é muita areia para meu caminhãozinho* são algumas das expressões idiomáticas tipicamente brasileiras, cuja tradução nem sempre encontra equivalentes em outras línguas. O mesmo ocorre em outros idiomas, como o inglês e o francês. Um falante de língua inglesa dirá que um *coach potato* é alguém que gosta de ficar horas deitado no sofá assistindo à televisão, isto é, alguém que vegeta no sofá, como uma batata. Em francês, diz-se de uma pessoa de baixa estatura que ela é alta como três maçãs, *haut(e) comme trois pommes*. Ou ainda, pode-se dizer de alguém ambicioso que tal pessoa tem “dentes longos”, *avoir les dents longues*. Entre o divertido, o cômico e o satírico, as expressões idiomáticas dizem muito sobre o caráter e a identidade dos falantes de uma língua em suas respectivas comunidades. Mas também expressam visões de mundo, como nessa

expressão: *ela está para lá de Bagdá*, que não faria nenhum sentido para um natural do Iraque.

EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS COM ALIMENTOS

Aquele filme é um abacaxi, ela arrancou um bife da minha unha, comi o pão que o diabo amassou, levei um chá de cadeira, daquela água não bebo mais, meu beijinho de coco. São tantas e tão variadas as expressões linguísticas com nomes de alimentos! E não só em português. Para os franceses, “contar saladas”, *raconter des salades*, significa dizer coisas sem importância, como em português, “falar abobrinhas”. Para um falante de língua inglesa, uma fatia de torta, *piece of cake*, designa uma tarefa fácil de ser realizada. Em espanhol, *dar la vuelta a la tortilla* significa “reverter uma situação”. Essas expressões, chamadas idiomáticas, são características de um idioma e, conseqüentemente, de uma visão de mundo. Como elas funcionam, e por que as utilizamos? Nas línguas, algumas palavras adquirem, além de um sentido próprio, literal, que encontram, via de regra, um referente no mundo – como a fruta banana –, um sentido figurado, implícito, associado a uma imagem (um ser, um objeto). Por um processo metafórico, alimentos como banana, abacaxi, chá, água, veem seu sentido literal, denotativo, ser transferido para um sentido não literal, conotativo, que requer, evidentemente, uma tradução e interpretação. Normalmente, essas expressões são empregadas em contexto informal, daí dizermos que o registro de linguagem se modifica, do padrão para o coloquial, e até mesmo a gíria. Elas manifestam a necessidade que nós, falantes, temos de “quebrar o gelo” em situações mais descontraídas, mas elas também permitem um distanciamento, deslizando para o eufemismo e a crítica. Em francês, alguém “alto como três maçãs”, *haut comme trois pommes*, é uma maneira de se referir a sua baixa

estatura. Em português, quando dizemos que tal livro é um “abacaxi”, não somos nada eufêmicos. Trata-se de uma crítica a algo tão penoso quanto cortar um abacaxi. É, língua e cultura são indissociáveis!

EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS FRANCESAS

Você certamente conhece palavras francesas empregadas em nossa língua portuguesa como estrangeirismos: *abajur*, *batom*, *nécessaire*, *bidê*, *mousse*, *lingerie*. Mas você conhece outros galicismos, isto é, expressões de origem francesa, como *déjà-vu*, *fin-de-siècle*, *parti pris*, *tour de force*, *en passant*, *tête-à-tête*, *entourage*, entre muitas outras empregadas, preferencialmente, no registro escrito em contextos formais, a exemplo da literatura, do direito, das ciências, da política? Até pouco mais da metade do século XX, essas expressões apareciam com maior frequência em nosso vocabulário, uma herança da influência francesa na cultura brasileira, irradiada, principalmente, pelo Rio de Janeiro, antiga capital do Império e centro da cultura letrada e erudita do resto do país. Segundo o ensaísta paulista Antonio Candido, o francês é uma língua de desenvolvimento, pois foi pelas traduções francesas que os brasileiros do século XIX leram autores clássicos da literatura mundial, como Goethe, Byron, Schiller. Para o linguista Jean-Claude Beacco, professor na Universidade de Paris 3, o francês é uma língua de cultura, diferentemente do inglês, língua de comunicação. Fruto do eurocentrismo, é verdade, a passagem obrigatória pelo francês, nas obras literárias e científicas, nas peças jurídicas e nos discursos políticos mais elaborados, era considerada uma garantia de prestígio, status e credibilidade. Afinal, nada mais charmoso ou mais *chic* do que dizer *déjà-vu* para uma impressão de algo já visto ou vivido, *fin-de-siècle* para fim dos tempos, *parti pris* para uma opinião pré-concebida, *tour de force* para uma proeza, *en passant* para casualmente, *tête-à-tête* para uma conversa privada, *entourage* para roda social. Voilà nossa dica!

“ISMOS”

O sufixo *-ismo*, proveniente do grego, é amplamente empregado em português para designar tendências políticas, religiosas, estéticas, comportamentais e ideológicas em geral, como em *cristianismo*, *budismo*, *racismo*, *marxismo*, *machismo*, *feminismo*, *romantismo*, *realismo*, *naturalismo*, *veganismo*. Na era da globalização e da pós-verdade¹, os “ismos” já se tornaram um lugar comum. Frequentemente, este sufixo é tomado em sentido pejorativo, relacionado à ideia de discurso totalitário. Contribui para essa conotação negativa a associação do sufixo *-ismo* à ideia de doença, como *reumatismo*, *botulismo*, *alcoolismo*. Daí a orientação de substituir *homossexualismo* por *homossexualidade*, tendo em vista a conotação daquele termo à ideia de doença. Para além das questões puramente formais, observa-se que o emprego da língua, em suas mais variadas unidades, como é o caso de um sufixo, está associado à carga semântica, positiva ou negativa, que as palavras adquirem ao longo de sua existência, no contato entre os falantes das mais diversas orientações de pensamento e comportamento. Mas, querendo combater os “ismos”, não estaríamos reforçando essa ideia, por exemplo, ao se falar em *fascismo*, *nazismo* ou *comunismo*? Querendo denunciar a divisão da sociedade em classes, não estaríamos reforçando essa atitude discriminatória, ao divulgar e compartilhar nas redes sociais esses “ismos”?

¹ Cf. a crônica “Pós-verdade”.

SINÔNIMOS

Certas palavras só adquirem sentido quando relacionadas a outras. É o caso das conjunções. No enunciado “Não te liguei porque estava em uma reunião”, a conjunção “porque” ganha significado ao estabelecer uma relação de causalidade entre os dois termos da oração. Mas, sozinha, essa conjunção não possui um referente no mundo, ou seja, não possui um significado em sentido restrito. Por esse e outros motivos, é tarefa da Semântica investigar a relação entre as palavras, a exemplo dos sinônimos. Dois termos são chamados sinônimos quando apresentam a possibilidade de se substituírem uns aos outros em determinado contexto. Nessa concepção clássica, “ingerir” é sinônimo de “engolir”, por exemplo. Mas, o que dizer de enunciados como “Luiza não gosta que a chamem de garota; prefere ser chamada de menina”; “Luiza não gosta que a chamem de menina; prefere ser chamada de garota”? Como se vê, *menina* nem sempre é sinônimo de *garota*. Conclui-se, desse modo, que não se pode falar em sinônimos perfeitos, pois deve-se levar em conta o contexto de uso das palavras. Além disso, existem as diferenças de registros, como em “trabalho”, “serviço”, “trampo”, que são palavras distintas para se referir à mesma realidade: o local de trabalho. Por outro lado, não se pode esquecer das diferenças dialetais, isto é, as variantes sociolinguísticas, que podem ser de ordem geográfica, social, cultural, entre outras. “Aipim”, “macaxeira” e “mandioca” são variantes dialetais geográficas. Mas, o que dizer de termos tão distintos quanto “revolução”, “golpe”, “*impeachment*”, “ditadura”, para se referir a uma realidade única? Nesse caso, a questão é mais complexa. Fatores históricos e ideológicos intervêm, frequentemente, na escolha das palavras, pelo ponto de vista adotado.

ASPECTO VERBAL

Perfeito, imperfeito, mais-que-perfeito. Afinal, por que os modos e tempos verbais são complementados por essas denominações? Frequentemente, pensamos nos verbos como categorias linguísticas ou gramaticais que se referem à passagem do tempo, daí as designações “presente”, “pretérito”, “futuro”. Acrescenta-se a essa ideia a noção semântica de que os verbos se referem a ações humanas: comer, dormir, tomar, sentar-se, etc. Mas, além de expressar ações transcorridas no tempo, os verbos também expressam o ponto de vista daquele que fala. Tomemos por exemplo, no modo indicativo, o tempo verbal denominado pretérito imperfeito. “Pretérito” refere-se a uma ação passada, ao passo que “imperfeito” designa o ponto de vista do falante sobre essa ação transcorrida no passado. Isso explica por que existem diferentes tempos verbais de pretérito, como é o caso na língua portuguesa: pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito, pretérito imperfeito do subjuntivo. Em outras palavras, a mesma ação transcorrida no passado pode ser enunciada por diferentes perspectivas. Ao dizer “Eu fui ao cinema”, dou a entender a meu interlocutor que esta ação está concluída. Aliás, frequentemente, o pretérito perfeito vem acompanhado de um marco temporal, como “ontem”, “na semana passada”, “há dois anos”, etc. Mas, ao dizer “Eu ia ao cinema”, o falante não destaca o término da ação, o que, objetivamente, já ocorreu, mas, em vez disso, confere a esse passado remoto um efeito de presentificação, ou seja, faz reviver o passado, rememora-o como se fosse “hoje”. Por isso, frequentemente, dizemos, “quando eu era criança, viajava todos os finais de ano para Minas Gerais”.

No modo subjuntivo, ao dizermos “se eu soubesse que era fácil dirigir, teria aprendido antes”, estamos indicando um certo arrependimento por não ter feito algo que, agora, parece simples.

ANTÍTESE²

As figuras de estilo contribuem para enriquecer a linguagem poética. São metáforas, paradoxos, alegorias, prosopopeias, entre outras figuras que enriquecem o texto literário, pela figurativização de temas muitas vezes corriqueiros. Esse procedimento também é empregado na literatura infanto-juvenil, a exemplo dos poemas de Cecília Meireles, proeminente poeta brasileira nascida no Rio de Janeiro. No poema *Ou isto ou aquilo*, publicado em 1964, ano de sua morte, é tematizada a descoberta pela criança da realidade que a circunda, e diante da qual ela se vê dividida entre quais escolhas fazer. Para dar corpo a esse tema, a autora enriquece o poema com a figura da antítese, ou seja, quando há o contraste de ideias, como podemos apreciar neste belo poema:

*Ou se tem chuva e não se tem sol,
ou se tem sol e não se tem chuva!
Ou se calça a luva e não se põe o anel,
ou se põe o anel e não se calça a luva!
Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.
É uma grande pena que não se possa
estar ao mesmo tempo nos dois lugares!
Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
ou compro o doce e gasto o dinheiro.
Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...
e vivo escolhendo o dia inteiro!
Não sei se brinco, não sei se estudo,
se saio correndo ou fico tranqüilo.
Mas não consegui entender ainda
qual é melhor: se é isto ou aquilo.*

² Áudio com a participação de Emanuelle Chaves Martins (8 anos) na recitação do poema.

EUFEMISMO

Na tradição escolar, o eufemismo é definido como uma figura de estilo, ou figura de linguagem, amplamente estudada nos textos literários, que gozam do prestígio e do status de linguagem rebuscada, verdadeiro padrão a ser seguido. No entanto, o eufemismo está presente na linguagem cotidiana, e pode ser definido como a expressão atenuada de uma ideia ou de um fato cuja evocação direta poderia chocar ou provocar a desaprovação. Empregamos um eufemismo para evitar reações inesperadas, para provocar a adesão do interlocutor ao discurso do locutor, para evitar tabus e preconceitos sociais e linguísticos, bem como por educação. Um amigo convida outro amigo para sair, e este lhe responde que “acha” que não pode sair. O verbo “achar”, no uso que dele fazemos no português do Brasil, aparece frequentemente como um eufemismo para dizer “não”. Outros procedimentos linguísticos favoritos do eufemismo são a negação e a perífrase. Quando dizemos que um produto não é barato, na realidade, queremos dizer que é caro. No caso da perífrase, substituímos uma palavra por um grupo de palavras, como na expressão “pessoas da terceira idade”, preferida para se referir a uma pessoa de idade avançada. Quando dizemos que alguém está com “aquela doença”, não há dúvidas de que se trata de uma única e conhecida doença. Seja nas relações pessoais, em família, entre amigos, colegas de trabalhos, ou com pessoas que mal conhecemos, ou seja, em diversas situações do dia a dia, o eufemismo evita o confronto na comunicação. Sob esse ponto de vista, pode ser interpretado como uma maneira de se defender, o que revela que nem tudo pode ser dito na comunicação.

OS TEMPOS VERBAIS: DA LÓGICA AO PONTO DE VISTA DO FALANTE

De um ponto de vista morfológico, os verbos são termos variáveis, que se flexionam em modo, tempo, número e pessoa. De um ponto de vista semântico, a categoria linguística dos verbos refere-se a fenômenos, enquanto a categoria dos substantivos denota substâncias, como seres e objetos, concretos ou abstratos, e ainda sentimentos, sensações, conceitos. Desde Aristóteles, o verbo está intimamente associado à noção de tempo, “uma palavra que significa com o tempo”. Mas como explicar a presença de diferentes formas de se expressar o passado, o presente e o futuro pela categoria do verbo nas línguas naturais? O surgimento de uma ciência da língua, a Linguística, no século XX, contribuiu fortemente para se observar o funcionamento dos tempos verbais para além de seu caráter cronológico, em especial a partir da teoria da enunciação. Assim, por exemplo, o pretérito perfeito, o pretérito imperfeito e o pretérito mais-que-perfeito não podem ser compreendidos exclusivamente pela noção de tempo, afinal, todos se referem a ações transcorridas no passado. Na realidade, o que leva um falante a empregar um desses tempos é o ponto de vista adotado sobre a realidade, ora percebendo um fenômeno como acabado (“Eu fui à praia”), ora como inacabado (“Eu ia à praia”), ora como anterior a um passado (“Eu tinha ido à praia”). A teoria da enunciação coloca o sujeito falante no centro da compreensão sobre os fatos de linguagem; o enunciador se torna, assim, o ponto de referência a partir do qual o interlocutor recebe e compreende uma mensagem. Essa teoria revê a concepção tradicional lógica da gramática, herdada dos gregos, ao estabelecer que a realidade é criada

a partir do sujeito falante (*ego*), do tempo (*nunc*) e do espaço (*hic*) de sua enunciação.

O ENRIQUECIMENTO DAS LÍNGUAS PELOS NEOLOGISMOS

Mouse, nécessaire, vodka, flamenco, lasanha, são palavras de origem estrangeira, certo? Mas será que também podemos categorizá-las, no interior do sistema linguístico de uma comunidade de fala, como neologismos? A língua é, ao mesmo tempo, um sistema de classificação e um sistema de comunicação. Isso significa que ela apresenta propriedades internas, as relações entre suas partes, do som ou fonema, passando pela palavra e a frase; e propriedades externas, que explicam as variações e mudanças sociais e históricas ocasionadas pelos usos que dela fazem seus falantes. Consequentemente, as propriedades externas também são responsáveis por modificar as propriedades internas. Estrangeirismos como *site*, do inglês, e empréstimos linguísticos como *abajur*, do francês e, ainda, *azar*, do árabe, renovaram o léxico do português, daí a razão de esses termos serem considerados por alguns estudiosos como neologismos. O argumento mais forte é de que os termos provenientes de outras línguas, e incorporados ao sistema da língua de acolhimento, vêm ampliar seu vocabulário, o que comprova o caráter produtivo das línguas. Produtivo porque a palavra estrangeira significa uma economia linguística, não sendo necessário traduzir, por exemplo, uma palavra como *futebol*, do inglês *football*, “bola no pé”, ou *batom*, em francês, objeto em forma de bastão, mais especificamente uma bengala. Na ciência da língua, o léxico corresponde ao acervo de vocábulos disponíveis aos falantes, em número infinito, visto que as línguas variam e mudam conforme as épocas e os lugares. Essa área de estudos da Linguística revela-se fascinante por articular elementos linguísticos aos

extralinguísticos, aproximando a ciência de sua vocação para explicar os fenômenos do mundo mediados pela linguagem. Afinal, quanto charme em poder dizer “*c’est la vie*” ou “*ciao*”!

OUTRAS LINGUAGENS

AS LINGUAGENS NÃO-VERBAIS

Já falamos do conceito de linguagem e da distinção entre linguagem verbal e linguagem não verbal. Vamos aprofundar a noção de linguagem não verbal. Darcilia Simões, professora e pesquisadora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, especialista em Semiótica, explica que, além da linguagem verbal, veiculada pelo complexo sistema de signos de uma língua, os homens desde sempre se comunicaram por outros meios semióticos, ou seja, por mecanismos de produção de sentido que se fizeram necessários para o estabelecimento da compreensão mútua. Segundo Simões, o grunhido, o grito, a gesticulação, foram as primeiras formas de comunicação utilizadas pelo homem. Mais tarde, surgiu o desenho, e as paredes das cavernas eram as telas onde seus primeiros quadros foram gravados. Com o passar do tempo, outras linguagens foram surgindo. Dentre elas, o vestuário, a alimentação, a habitação, a formação dos núcleos populacionais, o corte dos cabelos, o escambo, o comércio, etc. foram linguagens que se construíram à medida que atendiam a necessidades novas. A matemática, a arquitetura, a astrologia e a astronomia são exemplos de linguagens mais sofisticadas que surgiram acompanhando a evolução do homem e da sociedade. Na era digital, a autora cita a internet como advento que “põe o homem em contato direto com textos que lhe tocam os olhos (palavras e imagens visuais), os ouvidos (fala, ruídos, música, etc.), o tato (teclado, mouse, toque no vídeo)”. Essa concepção alargada de linguagem, uma vez estendida aos mais variados modos e meios de significação, dá provas da complexidade da comunicação humana, simbólica por natureza. Mas, como explica o filósofo russo Volochínov,

nenhum material semiótico está isento de um conteúdo ideológico. Por exemplo, separados, o pão e o vinho são alimentos, mas, juntos, veiculam um conteúdo vivencial da história do Ocidente: o corpo e o sangue de Cristo.

APERTO DE MÃO

Nós já falamos sobre a linguagem não verbal, e não é que ela reaparece a todo momento, ocupando as primeiras páginas de jornais impressos e digitais? Estamos falando dos apertos de mão do Presidente da maior potência mundial. Esse gesto, que parece ser uma das marcas da personalidade enérgica e polêmica do político em questão, ganha as páginas dos jornais por motivos inusitados. Para alguns analistas, o aperto de mão forte e insistente do Presidente seria uma forma de marcar um posicionamento, de afirmar uma posição política firme, traduzindo nesse gesto uma certa superioridade. Essa leitura ficou bastante evidente quando esse Presidente encontrou seu homólogo europeu, que, para a surpresa de jornalistas e fotógrafos, revidou o aperto, ainda mais vigoroso. Foi assim que uma manchete estampou o seguinte título: “Trump e Macron vivem guerra do aperto de mão”. Segundo um jornal francês, o revide teria levado Trump a se retirar do Acordo Mundial de Paris sobre o clima, que entrou em vigor em 2016. Em novo encontro, a imprensa noticiou que a primeira-dama francesa também teria sido sabatinada pelo famoso aperto de mãos: “Brigitte Macron não escapou do aperto de mãos estranho de Trump”. O discurso das mídias está recheado de notícias similares: gestos de personalidades públicas que se transformam em acontecimentos no mundo da política, dos esportes, das artes e etc. Se, para uns, noticiar sobre gestos é pura falta de conteúdo, para outros, mais atentos, a gestualidade participa dos modos semióticos de produção de sentido, ou seja, assim como as palavras da língua, os gestos também são signos portadores de sentido.

A SEMIÓTICA DA IMAGEM

A comunicação humana é uma fonte rica de significação. Além dos signos verbais, isto é, as palavras e seus sons característicos, também fazemos uso dos chamados signos não-verbais. Fazem parte dessa categoria os gestos e as imagens (desenho ou fotografia), que apresentam cores, formas, texturas, proporção, entre outros elementos. Na época atual, o apelo à imagem é mais frequente do que nunca, sendo as mídias o lugar privilegiado dessas complexas organizações semióticas. Na publicidade, por exemplo, os signos não-verbais acompanham naturalmente os textos verbais, como na propaganda de um produto tira-manchas que ilustra uma manifestação de rua conduzida por mulheres vestidas de sobretudos rosa-choque. Esta cor carrega uma significação inconfundível: a representação doce e delicada da mulher, já presente no imaginário cultural desde a mais tenra idade. Para o semiólogo francês Roland Barthes, a imagem constitui uma mensagem tanto quanto o texto verbal. No entanto, ela é conotada, ou seja, não explícita, cabendo à mensagem linguística, denotada, desambiguizá-la. Nos dias de hoje, ler um texto significa muito mais do que decifrar suas palavras, pois, além dos signos verbais, há inúmeras outras formas de significação que concorrem para se depreender a totalidade de sentido de um texto. É o que ocorre de forma exemplar nas charges, tirinhas, posts e mensagens de mídias sociais, reportagens, entre tantos outros textos.

A OBRA ABERTA: RENÉ MAGRITTE³

Em 1929, o pintor belga René Magritte trouxe a público uma obra que se tornaria um ícone da arte moderna, do período estético chamado surrealismo. Trata-se da tela *La trahison des images, A traição das imagens*, que retrata um cachimbo acompanhado dos dizeres *Ceci n'est pas une pipe*, do francês “Isto não é um cachimbo”. Seguindo a linha de vanguarda dos artistas surrealistas, Magritte instala um paradoxo, convidando à reflexão. Isso porque a coisa representada, o cachimbo, não coincide com a mensagem verbal, qual seja a frase que nega tratar-se a imagem daquilo que ela representa. Como em toda obra artística, as interpretações são variadas, evocando o que dizia Umberto Eco sobre a obra aberta. Uma das interpretações mais pertinentes desta tela consiste em considerar que, ao negar a coisa representada, Magritte convida o espectador, *habitué* ou amador, a refletir sobre a função tradicional da arte como representação do real. Para ele, aquele cachimbo não é um cachimbo real, mas um simulacro de realidade, que passa pelo olhar filtrado do artista. Nesse sentido, podemos dizer que a tela *A traição das imagens* consiste muito mais em estabelecer um diálogo entre autor (pintor) e receptor (espectador) acerca de fenômenos do cotidiano, do que em figurativizar o real. Magritte desnuda, desse modo, a realidade do fato artístico: um ponto de vista adotado pelo autor, misturando, ao modo surrealista, realidade e metafísica, e questionando a noção de arte como beleza e fruição, sedimentada nas culturas ocidentais.

³ Crônica escrita em co-autoria com Gong Li Cheng.



"La trahison des images" (René Magritte, 1929). Museu de Arte do Condado de Los Angeles. Fonte: www.lacma.org

ARTE E CONSUMO

Na sociedade de consumo, os objetos de arte são apreciados como tais, ou não resistimos à tentação de possuí-los, sob a forma de quadros, canecas, pratos, capas de cadernos, bijuterias, camisetas, dentre tantos outros objetos utilitários que servem para decorar os espaços que habitamos e até mesmo o corpo que nos habita? No século XX, o desenvolvimento das tecnologias industriais e a prosperidade do pós-guerra garantiram às sociedades mais desenvolvidas o acesso a produtos variados, inaugurando a era do consumo, da qual não estamos nem um pouco próximos de nos desvencilharmos, se é que, verdadeiramente, o pretendemos. Essa realidade foi retratada, nas artes plásticas, por movimentos como o Pop Art, nos anos 1950, por artistas como Andy Warhol, que se celebrou pelo tema da arte como produto, evidentemente, uma crítica à sociedade de consumo. Outra forma mais recente de resistir a essa visão utilitária da arte é encabeçada por artistas que transformam peça recicláveis, como garrafas e latas, em objetos de arte, as chamadas instalações. Desde então, dirigir-se a um museu para entrar em contato com um quadro inteiramente feito de tampinhas de refrigerante significa viver a experiência do consumo ao contrário, ou seja, não utilizando o produto, mas refletindo sobre ele e sobre seu impacto em nossas vidas. Como isso, a própria definição de arte se reformulou: não mais, ou somente, admirativa, contemplativa, como quando visitamos as esculturas dos períodos antigos, no museu do Louvre, em Paris, ou no British, em Londres, mas também uma arte contestadora, reflexiva. Também nesse quesito, as opiniões se dividem: para alguns, a escultura de

uma vaca colorida, nas calçadas da Avenida Paulista, não é arte; mas, o que seria, então?

A ARTE TEM LIMITES?

A expressão artística tem limites, ou ainda, tem compromisso com os valores sociais? Essas questões ressurgem no momento em que uma exposição artística é encerrada pelas repercussões causadas nas mídias sociais e informativas, sob pretexto de haver apologia a atitudes e comportamentos socialmente condenáveis, em cenas que misturam crianças, animais, ícones religiosos e sexo. A questão é polêmica não só pelas cenas retratadas, mas porque divide opiniões. De um lado, há os que defendem que a arte, sobretudo na contemporaneidade, não mais se restringe a retratar o belo, mas a provocar a reflexão a partir de temas cotidianos, interpelando o espectador passivo da cultura pós-moderna, aquele que substituiu a defesa de uma causa coletiva por interesses individuais, intimamente relacionados ao consumo material. De outro lado, há os que veem nessa liberdade adquirida pela arte contemporânea um comportamento desmedido, na contramão dos valores socialmente aceitos, ultrapassando barreiras e transgredindo princípios sedimentados ao longo de séculos, em grande parte relacionados à moral: família e religião. Historicamente, as artes se constituíram na tensão entre reprodução dos valores vigentes e ruptura com seus antecessores, isto é, entre o modelo canônico bem estabelecido e o desejo/necessidade de romper com os padrões estéticos e, conseqüentemente, sociais. No Salão de Paris de 1863, a tela *Olympia*, de Édouard Manet, foi recusada e, em 1865, provocou escândalo ao retratar uma mulher nua, encarando o espectador, observada por uma serviçal negra e um gato preto. Inúmeros outros exemplos compõem essa galeria: *Vênus de Urbino*, de

Ticiano, *A origem do mundo*, de Gustave Courbet e até mesmo *A pequena bailarina*, de Degas.



“Olympia”, (Édouard Manet, 1863). Museu de Orsay.
Fonte: www.musee-orsay.fr

GRAFITE

Grafite é arte ou vandalismo? Uma das primeiras decisões do prefeito de uma grande capital brasileira trouxe à tona a discussão sobre o grafite, que estampa os muros de grandes avenidas e viadutos. Pintar esses locais de cinza foi a solução encontrada pelo administrador. Primo rico da pichação, o grafite possui, no entanto, uma legitimidade reconhecida, sendo identificado a uma arte urbana, presente em inúmeras cidades mundo afora. Uma das questões que justificam esse debate é de caráter estético: afinal, o que define o que é belo? Na obra *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo*, publicada em 1756, o filósofo irlandês Edmund Burke afirma que, diferentemente da razão, o gosto está muito longe de ser uma ideia simples e determinada no espírito da maioria dos homens e, portanto, está sujeito à indefinição e à confusão. Na sociedade pós-moderna, os critérios de estética baseados na beleza já não fazem tanto sentido como antigamente. Em nossa época e em nossas sociedades, o grafite é arte porque manifesta em imagens incomuns e cores vibrantes tudo aquilo que não é possível se dizer, interditos que emanam da voz marginalizada da periferia dos grandes centros urbanos. Do ponto de vista dos estudos da Semiótica, disciplina da Linguística que investiga como o sentido é gerado nos textos, as imagens não se restringem a sua função estética ou decorativa, mas constituem signos carregados de significação, comportando um plano de expressão, a própria imagem, e um plano de conteúdo, ou seja, seu referente no mundo. Mas, assim como aparece repentinamente, um grafite está fadado a desaparecer da

noite para o dia, o que vem a ser uma de suas principais características: a efemeridade.

PICHAÇÃO

Grafite é arte; pichação é vandalismo. Essa é uma noção bastante compartilhada atualmente. Ao passo que o grafite adquiriu legitimidade e prestígio desde as últimas décadas, sendo, inclusive, estimado em centenas de milhares de dólares em leilões internacionais, a pichação não goza do mesmo status. Isso porque, diferentemente das ilustrações alegres, coloridas e vibrantes dos grafites, que quebram a monotonia do concreto das cidades, a pichação não possui o mesmo apelo estético, nem as mesmas finalidades. São letras, números e símbolos pichados em grande formato, estrategicamente localizados, de modo a dificultar seu apagamento, o que contribui fortemente para sua penalização. Do ponto de vista do significado, esses signos podem ou não corresponder a uma língua natural, isto é, uma língua socialmente reconhecida. Frequentemente, a pichação assemelha-se a um código gráfico compartilhado por grupos minoritários, oriundos das periferias dos centros urbanos. Enquanto o grafite confere um lugar de destaque à imagem, a pichação visa à mensagem que quer transmitir. Além disso, seu interlocutor, ou seja, aquele a quem se dirige, nem sempre é o público passante, mas os próprios pichadores, o que confere a essa prática um caráter singular: metaforicamente, os muros tomam as vezes de uma página em branco, sobre a qual é possível dizer aquilo que não é permitido. De um ponto de vista sociológico, pichações como “Marx vive” ou “Comunismo nunca”, sem assinatura nem data, pichadas em portões de escolas ou em muros dos bairros abastados, mostram que a palavra é a arma dos mais fracos.

CÓDIGO VESTIMENTÁRIO

Ainda que muitas vezes associada à língua, a linguagem não é estritamente verbal. Outros códigos também são responsáveis por estabelecer normas sociais. Não é diferente com o vestuário. Preocupado com a imagem que deseja passar a seus clientes, um banco suíço elaborou um documento que firma o código vestimentário de seus funcionários. O objetivo desse *dress code* é conferir um ar profissional e estiloso aos funcionários da empresa, sem deixar de lado sua personalidade e suas competências. Dentre as regras do banco, destacam-se a altura da saia, preferencialmente no meio do joelho ou no máximo até 5cm abaixo. Blazers devem estar com botões fechados quando se está em pé, e abertos ao se sentar. Tatuagens, piercings ou correntes de tornozelo são considerados fora de moda e não refletem o ar profissional, seu uso não sendo, portanto, autorizado. As camisas masculinas devem ser longas e seu bolso deve estar vazio, contendo no máximo uma caneta. Os óculos de sol não devem jamais ser colocados sobre a cabeça. Quanto aos cabelos pintados e mechas, a empresa entende que a cor artificial contrasta de modo excessivo com a idade objetiva da pele. As dicas não param por aí. A empresa também recomenda que se evite frequentar restaurantes com espaços para fumantes, para que o odor do cigarro não fique impregnado nas roupas, e, ainda, devem ser evitados pratos à base de cebola e alho. As roupas, tanto quanto as palavras que empregamos, também são signos que transmitem uma mensagem. No banco, estilo e profissionalismo. Não causa surpresa, nesse sentido, o emprego do termo “uniforme” em diversos outros locais de trabalho: o objetivo é que todos estejam

vestidos uniformemente, sem destaque, o que comporta o risco da ausência de personalidade.

MÍDIA(S)

O termo mídia está na boca do povo, como se diz de modo informal. Mas, você sabia que o termo não se restringe aos veículos de comunicação jornalísticos? Originário do latim *médium*, que significa “meio”, “mediação”, o termo *mídia* refere-se a todo aparato analógico ou digital de transmissão em massa de um determinado conteúdo ou informação. Na esfera especializada dos estudos da Comunicação, são consideradas mídias, além do jornal impresso, o livro, a rádio, a televisão, a internet, o cinema. À exceção do livro, produzido artesanalmente desde a Antiguidade, os meios midiáticos passaram a existir a partir do século XX, com o advento da televisão, do rádio e da internet. O cinema, por sua vez, data do final do século XIX. Em 1895, os irmãos Lumière apresentaram, em Paris, um invento chamado cinematógrafo, cuja técnica se baseava na fotografia, esta tendo sido inventada no mesmo século. Como se tem conhecimento, a Bíblia foi o primeiro livro impresso da humanidade pela técnica de prensa, inventada pelo alemão Gutenberg, também no século XIX. Na obra *A aventura do livro, do leitor ao navegador*, o historiador francês Roger Chartier retraza a história desta que é considerada a primeira mídia, e que, apesar das especulações, não está prestes a morrer. Mesmo com o advento da internet e seus inúmeros dispositivos (computador de mesa, computador portátil, *smartphone*, *tablet*, leitor digital), o velho e bom livro, com sua disposição gráfica e física únicas, mantém seu vigor. O prazer tátil que ele proporciona e, a partir daí, o acesso a um universo repleto de aventuras, fantasias, experiências e toda sorte de conhecimentos, não conseguiu ser superado pela frieza das telas.

A SEMIÓTICA DA PUBLICIDADE

Ninguém hesitaria em dizer que todo anúncio publicitário tem como única e exclusiva finalidade vender um produto. Mas as coisas não são tão simples quanto parecem. Nos anos 1960, o semiólogo Roland Barthes foi um dos pioneiros em reconhecer o caráter estético e a força simbólica da linguagem publicitária. Para ele, além da função elementar responsável pela informação do produto, a publicidade possui uma segunda função, que ele designa de “propriamente humana”. O autor propõe um estudo semiológico da mensagem publicitária, que, segundo ele, comporta pelo menos três mensagens distintas e imbricadas: *uma mensagem literal* ou denotada, isto é, aquilo que é dito ou mostrado na publicidade; *uma mensagem associada* ou conotada, os sentidos secundários; e *uma mensagem referencial* ou declarada, esta sim o discurso do produto e, por extensão, da marca, a própria finalidade da publicidade. Vejamos como isso se dá em um anúncio publicitário de uma marca de automóveis. A mensagem literal diz: “Você está na praia, dá pra sentir a areia fria sob seus pés. A brisa da manhã traz o gosto salgado do oceano”. A mensagem associada evoca uma rede de filiações desses dizeres com os sentidos de praia, férias, descanso, viagem. A mensagem referencial é inequívoca: o comercial se encerra com a imagem do produto que quer vender, com seu nome e sua marca. Barthes conclui que a publicidade ocupa uma situação ambígua em nossa sociedade: apesar de não poder ser avaliada fora do sistema capitalista, pois tem uma finalidade comercial, a publicidade constitui, nesse trajeto, um exercício geral do signo, que ultrapassa sua origem e seu fim. Em poucas palavras, a publicidade, para Barthes, é

um trabalho dialético entre contrato comercial e alguma coisa de propriamente humana.

HUMOR E MEMÓRIA SOCIAL

Por que rimos? De uma piada, de uma tirinha, de um meme, de um quadro humorístico? De um ponto de vista fisiológico, o riso é um reflexo físico involuntário, que provoca a contração dos músculos da boca e a emissão de um som. De um ponto de vista psicológico afetivo, o riso provoca um sentimento de bem-estar e felicidade, ou seja, é um sentimento prazeroso. Seria o riso natural e destinado a uma satisfação psicofísica? Em todo caso, essas não seriam as causas do riso, mas seu reflexo em nosso corpo e em nossa mente, portanto, involuntário e inconsciente. Para descobrir as causas profundas do riso, devemos procurar os motivos pelos quais rimos, por exemplo, de uma piada sobre portugueses, mulheres loiras, sobre política, dentre tantos outros temas que são motivo de riso. Vejamos essa piada: Joãozinho para na frente da Câmara de Deputados, encosta a bicicleta e um segurança logo aparece e diz: - Ô menino, tire logo a bicicleta daí que os políticos vão passar. E Joãozinho responde: - Não se preocupe, coloquei o cadeado! Nessa piada, a sequência que provoca o riso é a final: “coloquei o cadeado”. Como é de costume nas piadas, o efeito cômico surge no final, quando há uma quebra da expectativa, anunciada no início. Pois, ao advertir o menino de que era preciso retirar a bicicleta para facilitar a passagem dos políticos, o segurança é surpreendido pela resposta, que contém uma dupla mensagem: a mensagem denotada ou literal “coloquei o cadeado” contradiz a advertência, que se referia, justamente, a não deixar a bicicleta naquele local; mas é a mensagem conotada que provoca o riso, tarefa delegada ao ouvinte, que infere que é preciso se precaver de pessoas como os políticos, frequentemente envolvidos

em casos de corrupção financeira. Nesse sentido, o riso tem forte relação com a memória social e coletiva de um povo, uma cultura.

INHOTIM

Você já ouviu falar do Instituto Inhotim? Ele está situado na cidade de Brumadinho, nos arredores de Belo Horizonte, e reúne obras de renomados artistas contemporâneos em uma paisagem para lá de exuberante. Jardim de esculturas ou museu dentro de um parque, é difícil definir esse projeto que reúne, no mesmo espaço, natureza e cultura. A atitude contemplativa e séria dos museus tradicionais, entre paredes, cede lugar para uma verdadeira experiência sensorial: o som dos pássaros, a vista deslumbrante do paisagismo milimetricamente pensado, repleto de lagos e farta vegetação local e exótica convivem perfeitamente com esculturas a céu aberto e projetos arquitetônicos assinados, que abrigam galerias de arte, onde se encontram telas, instalações e fotografias. O Instituto Inhotim foi criado nos anos 1980 pelo empresário mineiro Bernardo de Mello Paz, herdeiro da propriedade que abrigou, no século XIX, a mineradora de um inglês chamado Timothy, chamado pelos habitantes locais Nhô Tim, daí o nome do museu. Inhotim é a única instituição brasileira que exhibe continuamente um acervo de excelência internacional de arte contemporânea e é considerado o maior centro de arte ao ar livre da América Latina. Entre os artistas mais festejados do museu, estão Hélio Oiticica, Adriana Varejão, Cildo Meireles e Doug Aitken. Além das 170 obras de arte em exposição, o museu conta com 98 bancos do designer Hugo França, feitos de troncos e raízes de árvores caídas ou mortas na floresta. O Inhotim é um convite à reflexão sobre a relação entre natureza e cultura, celebrenemente tratada pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss.



Instituto Inhotim. Fonte: Instagram @inhotim

EDWARD HOPPER, O PINTOR DA SOLIDÃO⁴

O pintor nova-iorquino Edward Hopper nasceu em 1882 e faleceu em 1967. Hopper pintou inúmeros quadros que retratavam as cidades americanas – fachadas de lojas, salas de cinema, restaurantes abertos toda a noite –, algo que poucos achavam digno da atenção de um artista. Conseguiu destilar um sentimento opressivo de solidão dos elementos mais vulgares de uma rua qualquer. Mas, além da sua atração poética, os quadros apresentam uma impressionante disciplina formal. Um de seus quadros mais famosos é *Nighthawks* (1942), no qual vemos através de uma janela do bar *Phillies*, como num enquadramento de cinema, um homem fumando ao lado de uma moça bastante maquiada, um homem solitário de costas, e o atendente do bar. As luzes e o título do quadro sugerem que esses personagens estão passando a madrugada no bar. Há melancolia e introspecção nas fisionomias visíveis, como se essas “aves da noite” estivessem desoladas e perdidas em suas próprias reflexões. Outro quadro bastante interessante é *Chair Car* (1965). Neste também há quatro pessoas, mas em um vagão de trem: uma está lendo e as outras três parecem entreolhar-se receosamente. A distribuição das poltronas ocupadas e a direção à qual os olhares se dirigem está em ziguezague, criando um efeito de movimento. Os quatro personagens preenchem o quadro de solidão e incomunicabilidade. Todos esses temas foram bastante explorados na modernidade: a solidão, o silêncio, o sentimento de não pertencer a lugar nenhum, entre outros. E apesar da passagem do milênio, esses temas continuam bastante atuais.

⁴ Crônica escrita em co-autoria com Gong Li Cheng.



“Nighthawks” (Edward Hopper, 1942). Art Institute of Chicago. Fonte: www.artic.edu

CINEMA⁵

Vamos falar sobre cinema. Você sabe quando ele foi inventado? William Kennedy Laurie Dickson, chefe engenheiro da Edison Laboratories, inventou uma tira de celuloide contendo uma sequência de imagens que seria a base para a fotografia e a projeção de imagens em movimento. Em 1891, Thomas Edison inventou o cinetógrafo e posteriormente o cinetoscópio, uma espécie de caixa movida a eletricidade que continha a película inventada por Dickson, mas com funções limitadas – ele não projetava o filme, mas serviu de base para a criação do cinematógrafo criado pelos irmãos Louis e Auguste Lumière, na França, em 1895. Em 28 de dezembro do mesmo ano, o pai dos irmãos Lumière, Antoine, organizou uma exposição pública paga de filmes, assim, essa data marca o nascimento do cinema. O cinema reúne diversas semioses, isto é, modos de significação: visual, pelas imagens e efeitos; sonora, pelos sons como ruídos, músicas; verbal, porque usa as palavras para compor diálogos entre os personagens; espacial porque vemos uma disposição geográfica e de espaço físico. A primeira exibição de cinema no Brasil aconteceu em 8 de julho de 1896, no Rio de Janeiro, por iniciativa do belga Henri Paillie, que alugou uma sala Jornal do Commercio, na Rua do Ouvidor. Na ocasião, foram projetados oito filmetes de cerca de um minuto cada, com interrupções entre eles e retratando apenas cenas pitorescas do cotidiano de cidades da Europa. Só a elite carioca participou deste fato histórico para o Brasil, pois os ingressos não eram baratos. Um ano depois, já existia no Rio uma sala fixa de cinema, o

⁵ Crônica escrita em co-autoria com Lucinéia Ramos.

"Salão de Novidades Paris", de Paschoal Segreto. Essa grande invenção faz parte de nosso cotidiano, aproximando-nos uns dos outros em torno das mais diversas temáticas: comédia, drama, aventura, documentários, etc.

A LÍNGUA EM SEUS MOVIMENTOS

O SENTIDO DAS PALAVRAS

Como as palavras de uma língua significam? Ainda que nós falantes dominemos nossa língua materna, é comum o pensamento de que dominar uma língua é algo que pertence às pessoas cultas, um saber documentado em gramáticas e dicionários. Mas, se observarmos a realidade dos usos de uma língua, veremos que as gramáticas e os dicionários sistematizam as línguas quando estas já estão em uso. Pensemos, por exemplo, no vocabulário da Internet, em palavras como *mouse*, *deletar*, *acessar*. Esses termos só passaram a integrar os dicionários após seu uso ser convencionalizado entre os falantes, em plena era de globalização da informação. Mas há ainda outra questão. O que os dicionários nos fornecem, na realidade, são significados mais ou menos estáveis dos termos. Por isso faremos uma distinção entre significado e sentido. O sentido implica o uso de uma palavra no contexto real de produção, circulação e recepção de linguagem. Por exemplo, no enunciado “O dinheiro foi entregue a um laranja”, o termo “laranja” não remete ao significado “fruta”; este termo está relacionado a todo um universo de sentido de atos de corrupção, sendo o *laranja* aquele indivíduo oficialmente declarado como beneficiário do dinheiro recebido. Inúmeros outros exemplos surgem no nosso dia a dia: *coxinha*, *cafezinho*, *avião*, por exemplo, significam de modo diferente, de acordo com o contexto em que são proferidos. Portanto, os verdadeiros conhecedores de uma língua são seus falantes, que, às vezes sem saber, criam neologismos, inovam, revitalizam e enriquecem as línguas. O que dizer de um antigo slogan publicitário, “o caldo nobre da galinha azul”, e ainda, do verso de Cazuza, “dizer segredos de liquidificador”?

DIFERENÇAS DE LINGUAGEM ENTRE HOMENS E MULHERES

Existem diferenças entre a linguagem dos homens e a linguagem das mulheres? Segundo a linguista estadunidense Robin Tolmach Lakoff, “a discrepância nas posições que homens e mulheres ocupam na sociedade reflete-se nas disparidades linguísticas. [...] Mudanças sociais geram mudanças linguísticas e não o contrário. [...] Mudanças linguísticas podem influenciar, embora lenta e indiretamente, mudanças de atitude”. A pesquisadora mostra, nessa citação, que as posições que as mulheres ocupam atualmente na sociedade impõem-lhes um certo comportamento linguístico, muito evidente no emprego de certas palavras, no tom de fala e no emprego limitado de termos chulos. Para Lakoff, as mulheres são duplamente discriminadas do ponto de vista linguístico: no modo como são ensinadas a usar a linguagem e no modo como o uso geral da linguagem as trata. Ela explica que as discrepâncias surgem desde a infância, sendo pouco usual que meninas falem alto ou se expressem de modo rude. Além disso, certas palavras têm um significado quando ditas por homens, e outro quando proferidas por mulheres, o que denota os diferentes papéis que os sexos desempenham na sociedade. Os exemplos são inúmeros. As mulheres distinguiriam de forma mais precisa as cores, enquanto, para os homens, uma discussão sobre cores soaria irrelevante ou trivial. Outro exemplo são os adjetivos. Dizer que um filme é “lindo”, que um doce é “divino”, ou que uma pessoa é “encantadora” constituem expressões mais facilmente identificadas às mulheres. Outra observação de Lakoff diz respeito ao emprego mais frequente de expressões de polidez por parte das mulheres, ou seja, elas

seriam mais educadas, cerimoniaosas, ao fazerem comentários ou pedidos, como: “Está bem quente aqui, você não acha?”, “Você mora em São Paulo, não é?”. Nota-se, nesses enunciados, um certo pedido de permissão para tomar a palavra, ao passo que os homens seriam mais propensos à assertividade.

ESTEREÓTIPOS LINGÜÍSTICOS

A noção de estereótipo é abordada, originalmente, do ponto de vista da Psicologia social, ciência que estuda as relações e os processos da vida social. Dizer que todo francês é chique, que todo inglês é pontual, que todo baiano é alegre e que todo sul-mato-grossense gosta de churrasco constitui um estereótipo sociocultural, ou seja, uma imagem pré-concebida de hábitos e comportamentos de pessoas, grupos e povos a partir de certos traços recorrentes. O termo “estereótipo” vem da tipografia, referindo-se a uma chapa que reproduz sempre a mesma imagem. Na linguagem, os estereótipos são fenômenos mais comuns do que se pode imaginar e se baseiam na doxa, ou seja, nos saberes e crenças socialmente compartilhados. Na obra *Estereótipos e clichês*, as autoras Ruth Amossy e Anne Herschberg Pierrot afirmam que os estereótipos são necessários para a vida em sociedade, na medida em que os falantes sentem a necessidade de categorizar o mundo, por isso se servem de imagens preconcebidas, isto é, de representações sobre pessoas e suas crenças e atitudes. Os estereótipos linguísticos aparecem em substantivos compostos (*chave inglesa*), locuções adjetivas (*rosto angelical*), adverbiais (*a torto e a direito*), determinantes nominais (*fome de leão, época de ouro*), entre outros. Em muitos casos, o estereótipo resulta de um processo de fixação de certos traços gerais, como, por exemplo, hábitos gastronômicos de um país ou região. Mas, frequentemente, o estereótipo possui uma raiz histórica, como na expressão “presente de grego”. Em uma situação real de comunicação, o emprego de estereótipos pode revelar um comportamento excessivo, ao difundir generalizações, apagando as diferenças e, em muitos

casos, reproduzindo preconceitos. Você já parou para pensar no sentido e nos efeitos de expressões como *dia de branco*, *programa de índio*, *judiar*, *baianada*? Do estereótipo para o estigma e a discriminação, a linha é tênue.

O PONTO DE VISTA JORNALÍSTICO: NEUTRALIDADE E OBJETIVIDADE?

Como um acontecimento da atualidade é representado nas mídias de informação? Você já notou que um mesmo fato é nomeado de diferentes maneiras no discurso das mídias? Em 2014, atos de violência no centro de São Paulo, envolvendo moradores sem-teto e a polícia militar, foram noticiados por diferentes veículos de comunicação como “protesto político”, “confronto”, “confusão”, “caos”. Os moradores receberam diferentes designações: “grupo sem-teto”, “ocupantes do Aquarius Hotel”, “entidades ligadas a um partido de esquerda”, “presos”. Isso parece indicar que objetividade e neutralidade são ideais difíceis de serem atingidos, ou seriam, na realidade, um simulacro, isto é, uma aparência de objetividade e neutralidade, como estratégias de imparcialidade. Isso porque toda produção verbal emana de um sujeito. Por mais que haja um esforço em transmitir objetividade e neutralidade, há sempre um *eu* que enuncia. São exemplos clássicos os provérbios e ditos populares. “Tal pai, tal filho”; “Santo de casa não faz milagre”; “Uma andorinha não faz verão”, entre tantos outros, funcionam como enunciados sem enunciador, garantindo ao locutor a isenção pelo que diz, ou seja, permite-lhe dizer e não dizer ao mesmo tempo. A respeito do filho de um político tradicional que se eleja e faça boas ações, pode-se elogiar-lo dizendo “Tal pai, tal filho”. O mesmo pode ser dito se se tratar de um político corrupto, que perpetua uma certa tradição familiar. Em ambos os casos, a mesma apreciação, “Tal pai, tal filho”, produz sentidos opostos e exclui a responsabilidade do enunciador sobre seu dizer, pelo simples fato de que o provérbio é um dito universal, cuja

fonte enunciativa sofreu um apagamento. Pois é, o silêncio é de ouro, mas, quem conta um conto, aumenta um ponto.

11 DE SETEMBRO

Vamos falar um pouco sobre os nomes próprios. Esta categoria de substantivos costuma ser explicada pelas gramáticas como “aqueles que se aplicam a um objeto, mas sempre individualmente”, ou seja, podem ser formalmente idênticos, mas se aplicam a indivíduos diferentes. Assim, por exemplo, o prenome Paulo não se refere a uma única pessoa, mas é atribuído a diferentes indivíduos assim nomeados. Os nomes próprios dividem-se em nomes de pessoas, os *antropônimos*, e os nomes de lugares, os *topônimos*. O ramo da Linguística que estuda o significado das palavras é a Semântica. Por sua própria vocação científica, essa disciplina vai além dos estudos gramaticais, propondo que os nomes próprios estabelecem uma relação entre os seres e objetos do mundo e as palavras que os designam, ou seja, uma relação de referência entre o signo e o ser ou objeto a que ele se refere. Mas as coisas não são tão simples assim: que sentido faria indagarmos sobre o significado de Paulo? Além do mais, há nomes próprios que não se referem nem a pessoas, nem a objetos, nem tampouco a lugares. Tomemos por exemplo os ataques terroristas às torres gêmeas ocorridos em Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001. Desde esse episódio trágico e marcante para o Ocidente, a data “11 de setembro” passou a funcionar como um nome próprio, ou melhor, como um nome próprio de acontecimento histórico; para a pesquisadora francesa Sophie Moirand, uma “palavra-acontecimento”. O estudo dessa categoria de nomes pertence a áreas da Linguística que refletem sobre a relação entre os seres, objetos, lugares e acontecimentos do mundo de um ponto de vista enunciativo, histórico e social.

PRESIDENTE OU PRESIDENTA?

O debate sobre o emprego dos termos *Presidente* e *Presidenta*, em referência ao cargo máximo da República brasileira, extrapolou os estudos sobre a norma gramatical, desde a implantação do decreto federal que torna obrigatória a flexão de gênero para designar cargos e profissões. Em seu projeto de iniciação científica, a acadêmica do curso de Letras da UEMS, Danielle Paiva Dantas, investigou as causas profundas do debate que dividiu opiniões, entre especialistas e leigos, nas esferas da política, das mídias e das ciências da linguagem, a partir de três pontos de vista. De um ponto de vista normativo, o termo “*presidenta*” já aparecia no Dicionário de Português-Francês, de Domingos Borges de Barros, desde 1812, tendo sido sancionado pela Academia de Lisboa em 1912, e no Brasil, em 1975. Do ponto de vista da Sociolinguística, o renomado linguista Ataliba de Castilho afirma que o uso é senhor da língua. Por essa ótica, torna-se “norma” aquilo que é “normal” em uma dada comunidade linguística, de acordo com uma concepção que não é instituída pela gramática, mas pelo uso de um vocábulo. Prova disso são os neologismos, empréstimos e estrangeirismos, que passam a integrar o léxico de uma língua em razão da necessidade de nomearem-se novos objetos, lugares, realidades, como em *internet*, do inglês “entre” e “rede”, ou ainda, *democratês*, neologismo criado para se referir à linguagem democrática. Mas, é na Análise do Discurso Francesa que se podem encontrar explicações mais consequentes sobre a polêmica em torno do termo *Presidenta*, tendo em vista que, para essa corrente teórica, o que torna possível a relação palavra/coisa é a ideologia, a qual é responsável por (re)produzir sentidos que significam

historicamente. Por esse ponto de vista, as palavras não são neutras, e tampouco nos pertencem. Temos a ilusão de dominá-las, mas, na realidade, estamos submetidos a seus sentidos.

CARTAZES DE MANIFESTAÇÕES

Vamos falar um pouco sobre o funcionamento dos cartazes de manifestações políticas. Em junho de 2013, eclodiram em várias capitais brasileiras manifestações de rua encabeçadas por diferentes segmentos sociais, como, por exemplo, um movimento que protestava contra o aumento da passagem de ônibus. Desde então, essa prática tornou-se constante, ocupando as páginas e telas diárias dos veículos de comunicação. Um elemento interessante de ser observado nessas manifestações são os cartazes dos manifestantes, que se valem das mais inusitadas estratégias linguísticas, por meio da alusão a canções, acontecimentos históricos, ditos populares, debates da atualidade, estereótipos de cunho ideológico, publicidades, lemas oficiais, etc. O recurso da alusão, isto é, a menção a outro texto ou discurso, permite o fácil reconhecimento e interpretação, ao mesmo tempo em que estabelece a crítica em um tom paródico, isto é, cômico e subversivo. No cartaz “Liberté, égalité, fraternité, vinagré”, a alusão ao lema da Revolução Francesa (“Liberdade, Igualdade, Fraternidade”) ganha ares subversivos pela associação inusitada ao vinagre, empregado pelos manifestantes para conter os efeitos do spray de pimenta, utilizado pelas forças de segurança para conter as manifestações. Humor e riso aparecem, então, como verdadeiras armas contra a repressão, em tempos de agitação política.

ESPORTES E POLÍTICA

É interessante observar a relação entre esporte e política. Para além do belo espetáculo visual que os esportes proporcionam, enaltecendo a força física e a capacidade de superação do ser humano, contribuindo para reforçar a estética da beleza dos corpos magros e das silhuetas torneadas, eles também são um acontecimento social e político. Nos Jogos Olímpicos do México de 1968, um grupo de atletas subiu ao pódio para protestar em prol dos negros, em um episódio que ficou conhecido como movimento dos panteras negras. Há alguns anos, um jogador de futebol da seleção francesa recusou-se a cantar o hino nacional francês, a Marseillaise, permanecendo em silêncio. A polêmica era instaurada, dividindo opiniões sobre o comportamento do jogador, julgada antipatriótica e desrespeitosa para com a França. Nos bastidores, a razão para tal recusa era considerada de cunho político, já que o jogador em questão é filho de imigrantes de uma ex-colônia francesa. Nas arquibancadas, o tom da política é dado pelos espectadores, que, impedidos de protestar, encontram subterfúgios criativos para se fazerem ouvir. Nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, uma iraniana empunhou um cartaz com os seguintes dizeres: “Deixem as mulheres iranianas entrarem em seus estádios”. Não demorou para a faixa ser removida. A relação entre esportes e política está longe de ser simples: de um lado, as manifestações esportivas são a ocasião ideal para se celebrar a união dos povos, a cultura da tolerância, mas, por outro lado, essa aglomeração favorece os protestos de cunho político, deixando à mostra, em plena cultura de massas, o funcionamento das engrenagens sociais, com todas as contradições que caracterizam a vida em sociedade.

BU(R)ROCRACIA

A palavra burocracia é empregada cotidianamente em português, e designa as ações administrativas públicas ou privadas que seguem uma rotina de normas submetidas a uma hierarquia. Para comprar um carro, por exemplo, não basta ir a uma concessionária e pagar pelo produto. A burocracia, nesse caso, exige que o consumidor obedeça a uma série de expedientes: imposto, seguro, documento. Em caso de financiamento, nova burocracia: verificação da renda, aprovação do crediário, assinaturas e mais assinaturas. Desse modo, o termo adquiriu, ao longo do tempo, uma conotação negativa: a burocracia torna nossa vida diária mais complicada, isso porque os processos podem ser lentos, incompreensíveis para os leigos, e além do mais, ineficientes. A acepção pejorativa advém, ainda, da dependência de uma autoridade, única responsável por cancelar ações, documentos. A falta de uma assinatura ou de um documento pode tornar o processo ainda mais moroso. A palavra *burocracia* tem origem no francês *bureau+cratie*, o poder exercido pelas mesas de escritório, ou seja, um aparelho de Estado formado por funcionários nomeados e organizados hierarquicamente, ademais dependentes de uma autoridade. O termo foi criado em 1759 pelo francês Vincent de Gouvernay, mas a prática remonta aos chineses. Em sua infinita criatividade, os falantes brasileiros cunharam o termo *burrocracia* em referência a essa prática de controle, na esfera pública ou privada, que, frequentemente, carece de lógica e bom senso, mas que existe para garantir o controle e a ordem.

POR QUE LEMOS SOBRE FOFOCA?

Recentemente, uma emissora de rádio de Campo Grande fazia uma pesquisa de opinião entre os ouvintes: por que as notícias mais lidas naquele dia no Twitter, os *trending topics*, giravam em torno da separação de um conhecido casal de jornalistas brasileiros? Na dissertação de mestrado de Sonia Gonçalves Batista, defendida na UEMS, são investigadas várias hipóteses sobre o interesse crescente, na era digital, pela vida alheia. Em sua pesquisa sobre a fofoca, da coluna social à notícia sobre bastidores da política, Sonia investiga três vieses: histórico, psicanalítico e linguístico. Historicamente, a fofoca é objeto de censura na Bíblia, como nessa passagem do Levítico 19: “Não propagarás mexericos no meio do teu povo”, o que indica que, não somente fofocamos há muito tempo, como também possuímos uma representação negativa a respeito desse comportamento verbal. Do ponto de vista psicanalítico, a fofoca é tida como reguladora do comportamento humano e, pasmem!, ela pode revelar um desejo não realizado, por receio de se desobedecer aos padrões sociais, resultando na crítica ao comportamento alheio. Do ponto de vista linguístico, a fofoca constitui o que o filósofo russo Mikhail Bakhtin chamou de gênero primário, isto é, uma das formas mais elementares da comunicação, que vão servir de fonte para os gêneros secundários, mais elaborados, porque pertencentes à sociedade da escrita e às organizações sociais como a ciência, as mídias, a política, etc. A pesquisadora confirma sua hipótese da existência da fofoca midiática nas análises de textos da imprensa, séria e de mexericos, que tratam, por exemplo, do vestido decotado de uma funkeira famosa, do caso extraconjugal de um presidente americano, ou

ainda, do riso debochado de uma figura política durante o velório de um candidato à presidência. Como vemos, a fofoca extrapola o círculo íntimo de familiares, amigos e vizinhos, e provoca a balbúrdia em plena sociedade de massas, afetando diretamente a imagem de pessoas públicas.

SILÊNCIO⁶

Vamos falar sobre o silêncio do ponto de vista dos estudos linguísticos. Seria o silêncio a ausência de linguagem? Mas nós representamos o silêncio graficamente, por meio de um sinal de pontuação, as reticências. Por outro lado, ele é revelado, de modo velado, no uso que fazemos dos parênteses e das aspas, deixando à mostra algo que não se queria ou deveria dizer. Pela ótica da teoria do discurso, a pesquisadora Eni Orlandi explica que o silêncio é fundante, ou seja, ele existe de fato, por si só. Por exemplo, se eu digo que gosto de banana, eu não digo que gosto de maçã. Eu silencieei que gosto de maçã, portanto, há uma apagamento desse outro sentido. Na obra *As formas do silêncio*, Orlandi afirma que existe o silêncio orante, o silêncio de meditação, de resistência, de disciplina, entre outros. Do ponto de vista do discurso, o silêncio não está presente na ausência de palavras e sons, e tampouco é implícito: ele é uma forma de discurso. Pensemos no enunciado “Luto para mim é verbo”, em que a palavra “luto” é qualificada como ação por uma parte da sociedade que não aceita os rumos tomados pela democracia no país. Ao dizer que *luto* é verbo, silencia-se o sentido de *luto* como substantivo, em alusão ao estado de descrença na política. Em nosso dia a dia, o silêncio tece os fios de nossas relações com o outro. Ao dizer que “Santo de casa não faz milagre”, ou seja, ao usar um provérbio, frequentemente o falante diz algo para não dizer outra coisa.

⁶ Crônica escrita em co-autoria com Lucinéia Ramos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Recentemente, em visita a uma multinacional, um presidente europeu recusou-se a encontrar os operários que pediam uma audiência. Sua reação causou surpresa, ao responder, em vocabulário chulo, que os operários deveriam procurar mais o que fazer. Há quase dez anos, outro presidente europeu chamou os habitantes da periferia de “ralé”, que deveriam ser eliminados com um *karcher*, nome da marca de um aspirador de alta potência. Recentemente, um jornalista brasileiro conceituado empregou termos discriminatórios em um áudio que vazou na mídia. Esses casos, que tiveram grande repercussão nacional e mundial, resultando, em alguns casos, em demissão, dão conta do papel que as figuras públicas desempenham em sociedades democráticas. Essas figuras podem dizer tudo o que pensam? Esses excessos mostram que, na vida pública, a ideia de liberdade de expressão não pode ser seguida à risca. Quase 500 anos antes da era cristã, o filósofo grego Aristóteles já falava das precauções que o orador deveria ter ao se pronunciar em público, fosse ele um político na assembleia, um juiz no tribunal ou um orador na praça pública, função hoje ocupada pelas mídias, nas figuras de apresentadores, jornalistas, artistas. Para Aristóteles, o orador, ao buscar a adesão do público, buscando convencê-lo ou persuadi-lo, cria uma imagem de si, um *ethos*, que deve se guiar pela prudência (*phronèsis*), a virtude (*aretè*) e a indulgência (*eunoia*). O *ethos* corresponde ao caráter moral do orador, que passa a ser julgado sem piedade pelo público, a partir do momento em que ultrapassa o limite tênue entre sinceridade e falta de decoro.

VOCABULÁRIO DA POLÍTICA

Na língua portuguesa, a presença do grego e do latim na etimologia dos termos da política manifesta a que ponto uma língua é um vetor de cultura e ideologia. A palavra “política” origina-se do grego *pólis*, “cidade”, derivando para *politikos*, que significava “cívico”, e *polites*, “cidadão”. Política, então, está relacionada à atividade de cidadãos que integram uma cidade. “Eleição” vem do latim *electio*, que significa “escolha”, formando o verbo *eligere*, que contém o prefixo *ex*, “fora”, e *legere*, “ler” ou “escolher um fruto da planta”. A palavra “voto”, *votus*, em latim, significa “promessa”, “desejo”, acepção que se manteve, por exemplo, em votos de um feliz Natal. “Urna”, por sua vez, designava um vaso de argila onde se depositavam líquidos e alimentos sólidos, como grãos. Dentre os cargos políticos, “vereador”, “deputado” e “senador” vêm do latim, significando, respectivamente, “cavalo de posta”, “encarregado” e “conselho dos mais velhos”. O vereador era aquele político que percorria a cidade a cavalo; o deputado, aquele encarregado de um ofício; o senador, um membro idoso, *senex* em latim. Os lugares também denotam a ancestralidade do latim: “câmara”, quarto apertado, reunia os parlamentares na assembleia, também do latim, significando “reunir”, “juntar”, “tornar semelhante”. Até mesmo “corrupção” tem origem nas práticas escusas da antiguidade. Do latim *corrumpere*, pela junção do prefixo *com*, intensificador, e *rumpere*, quebrar, significando, “estragar”, “destruir”. Mais de mil anos nos separam dos antigos, mas os termos e práticas políticas não parecem ter evoluído ao mesmo ritmo, tamanha a familiaridade que essas palavras nos evocam.

14 DE JULHO

14 de julho. Um número, uma data, um acontecimento histórico, uma rua. A língua com seu poder simbólico é capaz de refletir realidades distintas, e não é diferente com a categoria das datas, como 14 de julho, conhecida internacionalmente como o marco da República na França. Mais de 200 anos de história nos separam desse acontecimento político que transformaria a humanidade, espalhando ao redor do mundo os valores iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade entre os povos: *liberté, égalité, fraternité*. Após séculos de monarquia absolutista, fortemente marcada pelo reinado de Luís XIV, o Rei Sol, que transferiu o poder para os arredores de Paris, mais exatamente para o Palácio de Versalhes, a França viveria novos tempos. De 1789 a 1879, ou seja, durante quase um século, ocorreram transformações profundas e dolorosas na sociedade francesa: a separação entre Clero e Estado, dando origem a uma nação laica e de livre expressão, a execução do rei Luís XVI e da rainha Maria Antonieta, a época do Terror, marcada pela perseguição e decapitação dos antirrevolucionários, os conflitos com a Europa, a separação dos três poderes: legislativo, executivo e judiciário, a Declaração dos Direitos Humanos. Os ecos desse acontecimento marcante da história do Ocidente ainda se fazem sentir. Em 1914, com a construção da estação ferroviária na cidade de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, a rua comercial que dava acesso à estação iria se chamar Avenida 14 de julho. Em pleno século XXI, “a 14”, como os habitués costumam chamá-la, continua sendo a rua mais movimentada do centro da cidade. Inspirada no 14 de julho francês, a nossa 14 mantém a vitalidade do

século XX e concentra os valores da democracia, reunindo as mais variadas faixas sociais, etárias, profissionais.

GREVE

A palavra “greve” vem do francês, em referência ao nome de uma praça, a *Place de Grève*, onde os primeiros operários deram início a uma onda de reivindicações por melhores condições de trabalho. Mas, na realidade, o primeiro significado do termo “greve”, em francês, é o de terreno arenoso às margens do mar ou de um curso d’água. Sua etimologia vem do latim popular *grava*, “cascalho”. A *Place de Grève* era, justamente, um terreno deste tipo, coberto de cascalho e areia, onde as embarcações às margens do rio Sena, em Paris, ficavam atracadas. Essa localidade corresponde à atual praça do Hôtel de Ville, sede do poder municipal de Paris desde 1357. O local, palco de conflitos e manifestações desde a Idade Média, continua protagonizando acontecimentos importantes. O local foi, com efeito, palco de execuções públicas durante a Revolução Francesa, a Comuna de Paris e a Liberação de Paris, ao término da Segunda Guerra Mundial. O Hôtel de Ville é hoje uma das atratividades turísticas da cidade de Paris. Situada em pleno centro da cidade, na chamada Île de la Cité, abriga uma imponente construção renascentista, sede da prefeitura. Em frente ao prédio, o Parvis do Hôtel de Ville, isto é, um enorme pátio, reúne manifestantes de diferentes causas políticas, nacionais e internacionais, em um tom normalmente pacífico. No inverno, esse pátio recebe uma pista de patinação no gelo, muito procurada pelos moradores e turistas. De seu sentido literal original, o termo “greve” percorreu, ao longo da história, diferentes trajetos, simbolizando, nos dias atuais, a paralisação coletiva do trabalho, em prol de garantias e conquistas.

SLOGAN POLÍTICO

O termo *slogan* é empregado de modo mais usual na publicidade, servindo como uma frase de efeito que permite identificar os valores da marca. *Slogans* como “Quem pede um, pede bis”, “Ah, se todo branco fosse assim”, “51, uma boa ideia”, “Viver sem fronteiras”, “Amo muito tudo isso”, marcaram gerações, unindo uma ideia e efeitos sonoros que permitem fácil memorização. O termo *slogan*, do inglês, tem seu significado original em um brado militar. Na política, o termo é empregado ora para se referir a campanhas eleitorais e feitos de governantes, ora para designar protestos de ruas. Em se tratando de figuras da política, os *slogans* políticos fortalecem a imagem do candidato ou parlamentar, como em “Respeito por você”, “O Brasil que queremos”, “O presidente da gente”, entre tantos outros. Na história da política brasileira, alguns *slogans* de presidentes ficaram celebrizados: “O petróleo é nosso”, “50 anos em 5”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Brasil, um país de todos”, “O Brasil voltou, 20 anos em 2”. Nas ruas, os *slogans* são frequentemente frases de protestos, o que explica o tom mais direto e trocadilhos. Nas manifestações do Maio de 1968, na França, foram ouvidos *slogans* como “É proibido proibir”, “Nossa esperança só pode vir dos sem-esperança”, “A alienação começa onde a sua termina”, “A mercadoria é o ópio do povo”. Nos protestos que marcaram o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, em 2013, ruas e avenidas das cidades brasileiras foram preenchidas por palavras de ordem, em tom aparentemente descontraído, mas fortemente crítico: “Legalize vinagre”, “Você acordou agora, a periferia nunca dormiu”, “Desculpe o transtorno, estamos mudando o Brasil”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só

tinha estádio”, “Estamos atrapalhando a copa? Desculpe a falta de educação”, “Lugar de mulher é na política”.

LINGUAGEM, LÍNGUA E IDENTIDADE

IDENTIDADE⁷

No senso comum, a noção de identidade está associada a aspectos subjetivos dos indivíduos; cada um de nós tem uma identidade, isto é, aspectos de nossa biografia que nos particularizam e nos diferenciam dos outros indivíduos. No século XX, as Ciências Humanas em pleno desenvolvimento – Sociologia, Antropologia, Psicologia social, Linguística – problematizaram a noção de identidade, que nada tem de unânime. Para o sociólogo jamaicano Stuart Hall, a identidade não se limita a aspectos biológicos e biográficos, como a cor dos olhos, o tipo de cabelo, o tom da pele, o nome do pai, da mãe, a data de nascimento. Para ele, a identidade também é cultural e histórica, definindo-se por traços comuns que unem as organizações sociais e lhes conferem um sentimento de pertença. Por exemplo: um nativo brasileiro se reconhece terena se sentir-se parte desse povo, mesmo que não habite a aldeia. O mesmo acontece com um espanhol, um chinês ou um africano. Isso quer dizer que há uma referência social que define e orienta os sujeitos ao longo de suas existências e suas vivências. Ao abordar a “identidade cultural na pós-modernidade”, título de sua célebre obra, Hall evidencia as crises identitárias vivenciadas pelos sujeitos que compartilham do mesmo espaço, tempo e valores, ao serem confrontados à cultura da globalização, especialmente, com o advento da internet. Nesse contexto, os costumes e tradições locais se chocam, muitas vezes, com as mudanças provocadas pelo contato com outras identidades culturais. Segundo Hall, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo

⁷ Crônica escrita em co-autoria com Lucinéia Ramos.

social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”.

IDENTIDADE NACIONAL

A identidade nacional é um tema que volta e meia reaparece, especialmente em momentos de crise. Ela diz respeito aos elementos identificadores de uma nação, considerando-se esta como um rico legado de lembranças, como definiu o historiador francês Ernest Renan, no século XIX, ou ainda, como uma herança simbólica e material de um povo, nos dizeres de Anne Marie Thiesse, em obra que analisa a construção da identidade nacional na Europa, entre os séculos XVIII e XX. Mas, afinal, quais são os elementos simbólicos e materiais que contribuem para criar um elo entre os indivíduos pertencentes a uma nação? Para o linguista brasileiro José Luiz Fiorin, no artigo intitulado “A construção da identidade nacional”, uma nação apresenta os seguintes elementos unificadores: uma história, heróis, monumentos culturais, um folclore, lugares e paisagens típicas, representações oficiais como hino, bandeira, escudo, e ainda, costumes, como especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo. Dentre os elementos materiais e simbólicos identificadores do povo brasileiro, teríamos, por exemplo, a história da colonização portuguesa, Macunaíma, o Cristo Redentor, o Carnaval, as Cataratas do Iguaçu, as cores marcantes da bandeira, com sua mata, seu ouro e seu vasto céu, a feijoada, a farofa, o churrasco, araras, tucanos, onças, o ipê. Mas, será que esses exemplos são representativos da nação brasileira como um todo? Essas imagens, transfiguradas em cores, sabores, animais, paisagens, festividades, retratam algumas, mas nem todas as realidades brasileiras, razão pela qual o conceito de identidade nacional esbarra, frequentemente, no de estereótipo cultural. Cerveja, futebol e mulher, não seriam estereótipos do povo brasileiro, pelas lentes de outras nacionalidades, estrangeiras?

LÍNGUA E IDENTIDADE

Ao lado dos referentes materiais e simbólicos de um povo, como hino, bandeira, culinária, vestimentas, paisagens, marcos históricos, a língua possui um lugar cativo na identidade nacional. Não é diferente com a identidade nacional brasileira, nascida e erguida sob o signo da diferença e da alteridade. Desde a chegada dos portugueses em solo brasileiro, no século XVI, época marcada pelos grandes empreendimentos marítimos na Europa, o projeto de criar uma nação fora do continente europeu não se fez sem resistência. Isso porque, como sabemos, nossa terra já era habitada pelos povos nativos do Brasil. Portanto, falar em identidade linguística brasileira é uma ideia que, até os dias de hoje, provoca acalorados debates. Sem hesitação, os brasileiros reconhecem que falam a língua portuguesa. Mas, seria essa língua a mesma falada na península ibérica? E o que dizer das línguas indígenas faladas à época da colonização? Foram simplesmente extintas e não deixaram vestígios em nosso falar? E a diversidade de línguas africanas que por aqui aportaram junto com os escravos? E as línguas dos imigrantes, como o árabe, o japonês, o italiano, o alemão, o polonês, que também contribuíram para a formação de nossa identidade histórica e cultural? Os especialistas não são unânimes. Alguns defendem que as influências dessas línguas não chegam a interferir na estrutura morfossintática do português aqui falado, representando diferenças apenas locais, em nível de sotaque e vocabulário. Outros defendem que falamos a língua brasileira, como explica a pesquisadora Eni Orlandi: “Se, empiricamente, podemos dizer que as diferenças são algumas, do ponto de vista discursivo, no modo como a língua se historiciza, as diferenças são incomensuráveis: falamos diferente, produzimos diferentes discursividades”.

LÍNGUA BRASILEIRA

Nós falamos o português de Portugal ou o português do Brasil? Do ponto de vista histórico, a resposta a essa questão não é tão evidente quanto pode parecer. Na obra *Língua Brasileira e outras histórias*, Eni Orlandi destaca três momentos históricos para o estabelecimento do português como língua nacional. De 1532 a 1654, época marcada pelo início da colonização, eram muitas as línguas faladas em nosso território pelos povos originários. Nesse contexto, a presença do português, ao lado do holandês e do francês, ainda não era uniforme. De 1654 a 1808, o português europeu é imposto como língua única, ficando passível de prisão aquele que não a falasse. Mas, foi no terceiro período, a partir de 1808, com a vinda do príncipe regente de Portugal, D. João VI, seguido da Proclamação da Independência, em 1822, que o português do Brasil começa a fincar raízes no espírito nacional, impulsionado pela criação da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, sede da corte, e da tipografia, em um cenário marcado pela urbanização do país. No século XIX, com efeito, é possível se falar em uma cultura nacional, irradiada por autores ilustres, como Gonçalves Dias, José de Alencar, seguidos de Machado de Assis, Lima Barreto, entre tantos outros. Em meio a todos esses acontecimentos, o debate sobre a legitimidade de uma língua propriamente brasileira ainda se mostra atual. Pois, por um lado, nós brasileiros nos formamos com as obras clássicas portuguesas, de autores como Camões, Padre Antonio Vieira, Eça de Queirós, Fernando Pessoa. Por outro lado, temos a percepção de que há diferenças substanciais entre o português falado na Europa e o que se desenvolveu em solo nacional. Essa percepção da alteridade parece muito mais evidente para

um estrangeiro. Em algumas livrarias francesas, por exemplo, as obras brasileiras estão localizadas na seção “Língua brasileira”. José Saramago certa vez afirmou: “não existe uma língua portuguesa, mas línguas em português”.

NOMES INDÍGENAS

As línguas, mais do que instrumentos de comunicação, são verdadeiros veículos de visões de mundo; carregam história, memória, contribuindo para formar, reproduzir e fortalecer identidades. Um ramo da Linguística que estuda os nomes de lugares, chamado Toponímia, é uma manifestação concreta, científica, de que as línguas constituem em elo entre os falantes. Nomes de lugares como ruas, cidades, parques, estádios, entre tantos outros, estabelecem esse elo com o passado. Em se tratando de nomes de origem indígena, essa memória se faz presente há séculos no Brasil. Em São Paulo, o tão frequentado Parque do *Ibirapuera*, tem em sua etimologia tupi-guarani o significado de “árvore apodrecida”. *Paiaguás*, nome de hotel, significa “andarilhos do rio Paraguai”. *Iguatemi*, nome de cidade, rio e até mesmo de um shopping de luxo, significa “rio das canoas emproadas”. No estado de Mato Grosso do Sul, segundo com maior contingente de população indígena no país, nomes de lugares se espalham pelo território: *Guanandi*, *Itaporã*, *Terenos*, *Aquidauana*, *Corumbá*. No Brasil inteiro, os nomes de origem indígena enriquecem nossa língua brasileira: a fruta açaí, a rodovia Anhanguera, a cidade de Barueri, o bairro do Butantã, a praia de Boiçucanga, o mosquito muriçoca, o cupim, gororoba, pipoca, jabuticaba, mocotó, mandacaru, Cumbica, pamonha, paçoca, abacaxi, maracujá, samambaia, tatu, toró, goiaba. Se, no dia a dia, empregamos essas palavras para nos referirmos a coisas e realidades as mais corriqueiras, é de se pensar na importância que damos a esse patrimônio imaterial que é a língua dos povos nativos do Brasil.

MANTIQUEIRA

Os topônimos são categorias de nomes próprios que se referem a lugares. “Mantiqueira”, por exemplo, é o nome dado à cadeia de montanhas que se estende pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e tem origem na língua tupi, significando “montanha que chora”. Em uma conferência a respeito do nome “Mantiqueira”, a pesquisadora brasileira Eni Orlandi destacou a lenda que teria originado o nome, segundo a qual uma índia, enamorada do sol, provocara ciúme na lua, que teria pedido a Tupã que erguesse um enorme paredão, a serra da Mantiqueira, para privar a bela do contato com o sol. Enclausurada nas montanhas da serra, a índia passaria o resto de sua vida vertendo lágrimas, daí a alusão à grande quantidade de nascentes que ali brotam. Partindo da etimologia linguística da palavra “Mantiqueira”, e da narratividade que sustenta seus sentidos, Eni Orlandi colocou questões do tipo: como uma língua está presente na outra? O sentido provém dos sujeitos, ou são um movimento na história? A autora abordou, então, o apagamento do que ela chama “forma-sujeito índio” pelo acréscimo do sufixo *-eira*, da língua portuguesa europeia, que resulta em uma acomodação, e ainda, a um apagamento da identidade do povo nativo do Brasil em nossa língua brasileira. De onde se conclui que há, na própria formação das palavras do português do Brasil, um silenciamento, restando apenas vestígios da língua indígena em nosso cotidiano. Ao término da conferência, uma das observações feitas por uma participante do evento foi que essa memória indígena é praticamente inexistente em nomes de lugares no estado de Mato Grosso do Sul. Essas reflexões corroboram uma das teses centrais

da teoria da Análise do Discurso Francesa, qual seja a de que a língua constitui o veículo de posicionamentos, sociais, históricos e ideológicos.

NACIONALISMO E PLURILINGUISMO

Em 1994, foi sancionada na França a Lei Toubon, inspirada nome de seu autor, o então ministro da Cultura Jacques Toubon. Esta lei impunha o uso da língua francesa nos serviços e estabelecimentos públicos do estado. Na prática, o uso de uma língua estrangeira, nesses contextos, era passível de punição legal. A medida visava a proteger a língua francesa, considerada patrimônio cultural naquele país. Desde então, ela sofreu algumas modificações, em grande parte por se entender que contrariava a Declaração dos Direitos Humanos, em particular o princípio da liberdade de pensamento e de expressão. Assim, a lei foi adaptada para certos contextos, como os veículos de comunicação em massa, que fazem uso corrente do inglês. O fato é que pouco se vê, pelas ruas das cidades francesas, nomes de estabelecimentos em língua estrangeira, sendo preferência nacional a conservação da identidade e dos valores locais. Em plena era de globalização econômica e cultural, a França se coloca na contramão das tendências ao *multi-pluri-translinguismo*. Ou então, cientes do poder do mundo global, os franceses não estariam se prevenindo, buscando estratégias de resistência ao apagamento das especificidades locais, justamente as que permitiram que se desenvolvessem e se afirmassem como povo? O exemplo da França é motivo de reflexão para o uso muitas vezes deliberado que nós, brasileiros, fazemos da língua inglesa, que, sem dúvidas, é uma língua de comunicação mundial, mas que, do ponto de vista cultural, pouco influenciou a formação de nossa identidade, a não ser nas últimas décadas do século XX, instituindo uma cultura do hiperconsumo. Valorizar a própria língua é valorizar a história, a identidade, os valores da família e das comunidades.

LÍNGUA E STATUS

O uso frequente e natural de palavras estrangeiras é revelador da representação que os falantes fazem da língua do outro: outro país, outra cultura, outra história. Seja nas conversas informais, no ambiente de trabalho, na publicidade, nas redes sociais, entre outros lugares de circulação de discursos, a língua estrangeira pode desempenhar a função de um selo de qualidade, conferindo status e legitimidade ao que se quer dizer, e contribuindo para reforçar o *ethos* do locutor, ou seja, sua imagem perante os ouvintes. No livro *A linguagem da propaganda*, Antônio Sandmann afirma que “o uso do termo em inglês em lugar do seu equivalente português é inegável, pois que o termo estrangeiro cria uma aura de fineza, de legitimidade, originalidade ou autenticidade”. Empregar uma língua estrangeira significa, ainda, comungar os símbolos e valores de outra sociedade, pela crença de que esta é superior ou mais original do que a língua materna. No caso de anglicismos, mais do que em outros estrangeirismos, o emprego de palavras inglesas é visto por estudiosos como um dos efeitos do poder econômico e cultural que os Estados Unidos exercem sobre boa parte do mundo. Dizer *show*, *pendrive*, *home theater*, *shopping center*, parece muito mais legítimo do que o termo correspondente em português (isso quando a tradução está disponível!). O tema não é exatamente polêmico, mas coloca em questão o valor que atribuímos a nossa própria língua, manifestação mais pura e imediata de nossa identidade, nossas tradições, nossos valores. No mundo globalizado, reconhecer a identidade nacional não é tarefa fácil, mas necessária para a descoberta de si, buscando a justa medida entre ser colonizado e ser complexado.

POLITICAMENTE (IN) CORRETO

A expressão “politicamente correto” é um calque do anglicismo *politically correct*, e designava, até os anos 80 do século XX, a obediência às normas que regulam as ações no campo das leis e da política. Nessa acepção, o filósofo francês Michel Foucault afirmou: “Um pensamento político só pode ser politicamente correto se for cientificamente rigoroso”. No século XXI, o sentido da expressão “politicamente correto” está relacionado à adequação das ações e da linguagem em contexto público, de modo a evitar posturas excludentes ou ofensivas contra grupos desfavorecidos. Muitos, entretanto, empregam a expressão de forma crítica e irônica, revelando partidarismos, já que o politicamente correto é bastante associado às ideologias de esquerda. Nesse âmbito, algumas personalidades públicas manifestamente conservadoras fogem ao politicamente correto, optando pelo falar franco. O Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, é uma dessas figuras que atrai um público que prefere ouvir as coisas como elas são. Por ocasião das festas de final de ano do primeiro ano de seu mandato, Trump afirmou: “Voltamos a dizer Feliz Natal de novo”. Muitos interpretaram a afirmação como uma crítica aos votos de Boas Festas, julgados mais pluralistas e laicos, enquanto “Feliz Natal” remete à celebração cristã do nascimento de Jesus. Nas línguas, o politicamente correto é responsável pela substituição de palavras e expressões julgadas discriminatórias. No site do Senado Federal, está disponível uma cartilha de linguagem inclusiva, que dá dicas como: evitar o uso do masculino para se referir a pessoas do sexo feminino, empregar “afrodescendente” ou “negro”, “maltratar” ao invés de “judiar”, “deficiência

visual” no lugar de “ceguinho”, entre outras. Como disse o filósofo russo Volochínov, as línguas são correias de transmissão entre o homem e sua história.

DIVERSIDADE⁸

A palavra “diversidade” está na moda. Mais do que nunca, ela aparece associada a movimentos sociais em defesa da pluralidade das identidades e relações afetivas. Etimologicamente, “diversidade” tem sua origem no latim *divertere*, “voltar-se em diferentes direções”, de *dis*, “para o lado”, mais *vertere*, “virar-se”. Do ponto de vista linguístico, essa palavra remete ao universo semântico da diferença, variedade, multiplicidade, heterogeneidade, e até mesmo divergência. Do ponto de vista de seu uso na época atual, “diversidade” tornou-se lema dos defensores da ideologia de gênero. Isso porque o termo marca, sobretudo nas primeiras décadas do século XXI, um debate sobre questões sexuais e de relacionamento. O termo também aparece em outros contextos. A diversidade cultural, por exemplo, se refere à convivência e interação entre diferentes culturas. Diversidade linguística faz alusão aos diferentes idiomas existentes no mundo e às próprias variações que as línguas sofrem no interior mesmo de suas comunidades de fala. A biodiversidade ou diversidade biológica diz respeito às mais variadas espécies de seres vivos que compõem o planeta Terra. A diversidade ecológica faz referência à variedade de espécies existentes dentro de um mesmo ecossistema. Também há diversidade religiosa, social, econômica, étnica e muitas outras. Como se pode notar, essa palavra possui um sentido mais amplo do que aquele que aparece nos dicionários, o que mostra que as palavras ganham sentido em seus contextos de uso, que incluem não somente as pessoas, mas também o

⁸ Crônica escrita em co-autoria com Lucinéia Ramos.

tempo, o espaço, as finalidades da comunicação e, sobremaneira, o lugar histórico de onde se fala.

ETNIA E RAÇA⁹

Ultimamente, ouvimos com mais frequência o termo “etnia” do que o termo “raça”, em referência a grupos identitários. Você sabe por quê? O termo etnia remete à ideia de homogeneidade de um determinado grupo humano. A palavra tem origem no grego *ethnos*, povo que tem o mesmo *ethos*, caráter, costume, e tem também a mesma origem, cultura, língua, religião, etc. O termo “etnia” não é sinônimo de raça. Os indivíduos de uma mesma etnia, ou grupo étnico, comungam das mesmas tradições, conhecimentos, técnicas, habilidades, língua e comportamento. Alguns pesquisadores das ciências sociais também consideram como traços étnicos certos aspectos biológicos, a exemplo da cor dos olhos, o tom de pele, o tipo de cabelo, a estrutura corporal, o formato do nariz, entre outros. Um exemplo disso são os povos afrodescendentes, que se reconhecem pertencentes a algum grupo africano, ou os nipo-brasileiros, em referência a sua ascendência japonesa. Já a palavra “raça” caiu em desuso pela comunidade científica em meados do século XX. O termo era frequentemente empregado no sentido de classificação biológica de seres vivos. Do latim *ratio*, a etimologia de “raça” traz a ideia de categoria, divisão. Estudos científicos comprovaram que não existem subgrupos humanos, por isso, é inapropriado dizer “raça negra”, “raça amarela”, “raça indígena”, “raça branca”. O que existe nos diversos grupos humanos são etnias que diferem entre si pelo fenótipo, isto é, por suas características físicas. Raça e etnia não são sinônimos; enquanto raça aponta para a ideia de diferença, a etnia converge para as afinidades de um determinado grupo humano.

⁹ Crônica escrita em co-autoria com Lucinéia Ramos.

LINGUAGEM E CIÊNCIA

SUBJETIVIDADE DA PESQUISA

É bastante disseminada a ideia de que a ciência é objetiva, pois lida com fenômenos observáveis, descrevendo-os e, na melhor das hipóteses, fornecendo explicações, por meio de um método rigoroso. Essa concepção positivista de ciência triunfa no século XIX, e caracteriza, até os dias de hoje, a imagem que até mesmo leigos possuem acerca da atividade científica. Para o antropólogo francês Bruno Latour, no século XXI, estamos assistindo a uma reviravolta do paradigma dominante da racionalidade científica. O autor evoca, a esse respeito, o deslocamento da ciência pronta, segura, objetiva, fria, atemporal, indiscutível, para o que ele chama de mundo da pesquisa, que é incerto, arriscado, em construção, fortemente atrelado à política e à sociedade e, ainda, avaliado em termos de valor. Na obra *Um discurso sobre as ciências*, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos fornece uma explicação mais aprofundada a respeito desse deslocamento. Boaventura atribui a Einstein, com sua teoria da relatividade, o ponto inicial dessa mudança de paradigma, o que o leva a afirmar “a ideia de que não conhecemos do real senão o que nele introduzimos, ou seja, que não conhecemos do real senão a nossa intervenção nele”. Boaventura evoca, assim, a industrialização da ciência, o que explica a criação da bomba atômica, a teoria das balanças, a descoberta de uma vacina, a elaboração de referenciais curriculares para o ensino de uma língua, dentre outros. Afinal, uma ciência aplicada não seria propriamente objetiva, mas estaria respondendo às demandas sociais. As consequências desse deslocamento de paradigma podem ser observadas nos dias de hoje, em que a distinção entre ciências naturais e

ciências sociais estaria enfraquecida; e ainda, que as ciências sociais seriam o paradigma dominante atual.

OS LIMITES DA CIÊNCIA

“Se uma pesquisa científica se torna monolítica, ela se transforma em doutrina. E se é uma doutrina, não estamos mais no mundo da pesquisa, estamos no mundo do discurso dogmático, que anuncia leis às quais deveríamos nos curvar”. Essa afirmação é do pesquisador francês Patrick Charaudeau, e ilustra a realidade de muitos grupos de pesquisa nas instituições acadêmicas. Mas, afinal, o que provoca o embate entre posições teóricas no interior de grupos, quando a ciência almeja a dar a conhecer a verdade, isto é, o conhecimento? A esse respeito, o sociólogo francês Bruno Latour, na obra *A profissão de pesquisador, olhar de um antropólogo*, afirma que ciência e pesquisa são inconfundíveis. Empregando metáforas, Latour afirma que a ciência é fria, enquanto a pesquisa é quente. Com isso quer dizer que a ciência é objetiva, limitada aos fatos, sem relação com a política e a sociedade, ao passo que a pesquisa é incerta, arriscada, sub-objetiva, e entretém inúmeras relações com a política e a sociedade. O termo “política”, nessa discussão, está diretamente atrelado aos trâmites envolvidos em toda atividade de pesquisa: bolsas de fomento, julgamento de pesquisas por bancas, aprovação de projetos, número de publicações, frequentemente seguidos da aprovação ou desaprovação dos pares. Outro pesquisador francês, Paul Henry, dizia que toda ciência é ideológica. Se é difícil negar que as ciências têm relação com a sociedade, ainda mais quando pretendem atender às demandas sociais, o que acontece de modo mais nítido nas ciências aplicadas, por outro lado, a postura ideológica militante das ciências coloca em risco a própria noção de ciência, que perde, sob essa ótica, o ideal de busca do conhecimento, para se tornar um discurso uníssono e até mesmo anacrônico. Ou seja, torna-se um dogma.

A FUNÇÃO DA UNIVERSIDADE

Em sua origem, a palavra “universidade” significa “o que se torna um”, derivando para o significado dicionarizado de instituição de ensino, pesquisa e divulgação, formada por faculdades especializadas nas diversas áreas do conhecimento humano, tecnológico e artístico. O termo surge no século XIII, em latim medieval, *universitas*. No entanto, o primeiro registro do conceito moderno de universidade encontra-se no século V, na Índia. No Ocidente, antes de Cristo, a referência inevitável são os gregos, em particular o filósofo Platão que reúne, no bosque de Academos, os primeiros encontros, ainda que informais, entre mestres e discípulos. Historicamente, as universidades sempre ocuparam um lugar à parte na sociedade, constituindo uma espécie de poder paralelo à Igreja e à Burguesia no período da Idade Média. Passando pelo Renascimento e a era moderna, as universidades foram bem-sucedidas em sua tarefa de produzir e transmitir conhecimento nas mais diversas áreas das ciências naturais e das ciências do homem, com suas incontáveis ramificações, o que denota a solidez do saber cientificamente construído nas instituições espalhadas ao redor do planeta. Esse lugar privilegiado também esteve desde sempre associado a um certo isolamento da sociedade, a tal ponto que, para lá se chegar, é necessário percorrer vários quilômetros. Não surpreende, portanto, que, ainda hoje, os campi de muitas universidades estejam localizados em pontos periféricos das concentrações urbanas. Tudo isso confere às universidades uma autonomia política e administrativa, algo verificável nos quadros superiores das universidades, formados por professores que são eleitos chefes de departamento,

coordenadores de curso, pró-reitores, reitores. Na era da globalização, com forte impacto das tecnologias da informação e da comunicação em rede virtual, o papel e a função das universidades têm se modificado, o que é visto com cautela pelos pares. Na atualidade, termos como “demanda social” e “internacionalização” se fazem cada vez mais presentes nos discursos circulantes nas e a respeito das universidades. Esse diagnóstico, nada simples de ser realizado e aprofundado, merece, no entanto, reflexão. Afinal, é função da universidade prestar serviços à sociedade? Ou sua função primordial é produzir e transmitir conhecimento cientificamente atestado, o que requer um distanciamento das contingências sociais?

A TEORIA DOS SIGNOS

Ferdinand de Saussure, considerado o fundador da Linguística, afirmou em sua obra *Curso de linguística geral*, que o ponto de vista cria o objeto. Empregada em abundância, essa afirmação se refere, no pensamento de Saussure, à dificuldade de se estabelecer um estudo sobre a língua, quer se observe um ou outro aspecto de sua natureza. Por exemplo, o signo “casa” pode ser estudado como um conjunto de sons distintivos, os fonemas [k], [a] e [z], mas também como vocábulo, como parte de uma oração, etc. A afirmação se insere, especialmente, na teoria dos signos formulada por Saussure, segundo a qual a língua se compõe de uma parte significante, o som, e uma parte de conteúdo, o significado. O linguista insiste no fato de que, diferentemente da linguagem, atividade comum a todos os falantes, as línguas resultam de uma convenção social. Ou seja, a linguagem é universal, enquanto as línguas são particulares. Esses fenômenos são claramente identificáveis se compararmos os modos como diferentes línguas categorizam o mundo a seu redor. Tomemos por exemplo o peru, ave muito apreciada durante as festividades do Natal. Em francês, a mesma ave é categorizada como originária da Índia (*d'Inde>dinde*); em inglês, a ave teria sua origem na Turquia, *turkey*. Um dos exemplos clássicos de Saussure é a denominação dada aos bois na fronteira da França com a Alemanha. *Boeuf* é o termo empregado para os bois situados em território francês, enquanto *oak* é o termo empregado para a mesma espécie de animais, localizados a alguns quilômetros dali, na vizinha Alemanha. Há, ainda, outro exemplo curioso, nesse caso em inglês e em francês. O porco vivo recebe, nessas línguas, uma designação diferente do porco pronto

para ser consumido. Assim, *pig*, em inglês, e *cochon*, em francês, referem-se ao animal vivo, enquanto *pork* e *porc* são os termos mais adequados para se referir ao prato que será consumido.

COMUNICAÇÃO

Na comunicação falada ou escrita, o peso conferido à linguagem verbal, isto é, à língua, com suas palavras e combinação em frases, parece ser determinante para a compreensão. Mas outros elementos concorrem lado a lado com a língua em se tratando de comunicação. Em outras palavras, o sistema linguístico não é a única competência necessária para a intercompreensão entre os falantes. Os referentes culturais, a imagem que possuímos do interlocutor antes mesmo de tomarmos a palavra, a forma assumida pela comunicação, bem como suas finalidades são algumas das competências que nós falantes mobilizamos no contato com o outro. Fosse o conhecimento da gramática de uma língua o responsável maior pela comunicação, um enunciado como “Está chovendo” comunicaria algo tão trivial quanto a constatação de um fenômeno natural, observado por dois falantes que compartilham do mesmo espaço e tempo. Tampouco seria de serventia consultar um dicionário para compreender um enunciado como “Em terra de cego, quem tem olho é rei”. Em suas dinâmicas próprias, as palavras possuem um valor simbólico, o que significa que elas realizam a mediação entre um fenômeno ou situação que se deseja caracterizar, sem que, necessariamente, tal referente esteja disponível na realidade em nosso entorno. Ao dizer “Está chovendo”, o falante pode estar indicando, em um determinado contexto, sua recusa em sair de casa. Em outra situação de comunicação, o provérbio “Santo de casa não faz milagre” pode estar sendo empregado por uma professora de matemática cujos filhos não possuem nenhuma afinidade com essa disciplina. Segundo Volochínov, na realidade, “não são palavras o que

pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc”. Daí a compreensão de que “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”.

LÍNGUA, CULTURA E SOCIEDADE

Nos estudos linguísticos, cujo marco é a publicação da obra *Curso de Linguística Geral*, do suíço Ferdinand de Saussure, no início do século XX, a língua é estudada em seu caráter formal, isto é, desde as unidades mais elementares, como fonemas e formas, até estruturas mais completas, como as palavras e sua combinação em frases. Esses estudos foram insuficientes, no entanto, para explicar a relação entre a estrutura formal da língua e sua realização nas comunidades de fala. A Sociolinguística e a Pragmática são dois ramos da Linguística que investigam a relação entre os fatos linguísticos e os funcionamentos sociais, sobretudo em situações de interação. A ideia que se faz, muitas vezes, de que os linguistas são complacentes com o erro é equivocada, pois é função deste especialista observar a realidade dos usos da língua nos mais diversos contextos. Na linguagem falada mais espontânea, é comum abreviarmos palavras para facilitar a comunicação, ao trocar você por cê: “Cê viu aquele carro?”. Para o linguista, não se trata de erro, mas de variação. Existem, contudo, variantes linguísticas menos aceitas socialmente, as chamadas variantes estigmatizadas, como a ausência de plural em certas construções. Esses fatos mostram a relação íntima entre língua, cultura e sociedade. Mas, quando se trata do ensino e aprendizagem de uma língua, a norma padrão deve ser ensinada, pois é ela que o aluno não domina, apesar de suas habilidades comunicativas se desenvolverem antes mesmo de sua entrada no ensino formal.

PRAGMÁTICA

A Linguística ainda é uma ciência pouco conhecida fora dos muros da academia, e, no entanto, sem a língua, entendida como um código que combina sons ou letras e formas dotadas de sentido, e também sem a linguagem, que é a aptidão natural dos seres humanos para se comunicarem e estabelecerem relações, a vida tal como a conhecemos hoje seria impossível! Por isso a importância de divulgar esses estudos em uma linguagem mais acessível. Pois bem, a Pragmática é uma área de estudos da Linguística que investiga o funcionamento da língua em contexto. Ela tem como um de seus princípios fundamentais que os falantes fazem uso da língua não apenas para se comunicarem, mas, sobretudo, para provocarem uma reação no ouvinte. O objeto de estudo da Pragmática não são as palavras tomadas isoladamente na frase, mas os atos de fala, que podem tomar formas e tamanhos variados, conforme a intenção do falante. São atos de fala, por exemplo, elogiar, sugerir, reclamar, implorar, entre outros. Um chefe que diz a seus funcionários “você podem terminar mais cedo hoje”, não está simplesmente informando que eles podem encerrar suas atividades antes do previsto; nesse e em muitos outros casos, o pedido é, literalmente, uma ordem. Isso significa que, entre o pensamento e a linguagem, ocorre uma espécie de contrato tácito, que faz com que, no contexto apropriado, estejamos aptos a compreender e a reagir a um determinado enunciado. No contexto familiar, por exemplo, os atos de fala chamados indiretos são bem mais frequentes do que nos ambientes regrados. Imagine essa cena: o marido está assistindo a uma partida de futebol, vê a esposa passando e lhe diz: “Você vai à cozinha?”. Na

realidade, sua intenção é conseguir, sem muito esforço, aquela cerveja gelada carinhosamente servida. Se contrariada, a esposa dirá: “Vou, por quê?”; ou, já habituada àquela cena familiar, dirá: “O que você quer?”. Observamos, desse modo, que raros são os momentos em que proferimos enunciados puramente informativos, isso porque, quando falamos, temos sempre a intenção de agir sobre o outro, ainda que sejam inúmeras as artimanhas linguísticas de que nos valemos para não deixar transparecer tal intenção. Nos efervescentes anos 60 do século XX, um dos lemas do movimento feminista na França era o enunciado *Nous ne sommes pas des poupées*, “Nós não somos bonecas”. Bom, esse fica para você refletir.

LÍNGUA ESCRITA E LÍNGUA ORAL¹⁰

Os linguistas identificam pelo menos dois tipos de registros na linguagem: a variedade padrão e a variedade não padrão, além de outras subdivisões a elas relacionadas: padrão culto, linguagem coloquial, dialetos, gírias, etc... Porém, outros linguistas propõem que uma distinção mais clara é a que se verifica entre linguagem falada e linguagem escrita, cada uma possuindo seu código específico. Podemos então, à primeira vista, definir a diferença entre o discurso escrito e o discurso falado da seguinte maneira: no discurso oral, locutor e interlocutor(es) estão presentes; há, pois, uma comunicação direta, em que a mensagem é transmitida em presença do interlocutor. O discurso oral falado não permite a elaboração e um razoável monitoramento da linguagem. Eis por que temos nesse caso um discurso espontâneo, econômico, caracterizado, no nível sintático, por frases simples, muitas vezes inacabadas, e com muitas hesitações (então..., quer dizer..., é...é...é, ou seja, etc.). Já o discurso escrito caracteriza-se pela virtualidade do receptor, a ausência de respostas e, portanto, ausência de uma interação entre locutor e interlocutor. Quando escrevemos, podemos utilizar dicionários e empregar um tempo muito maior de reflexão, o que implica que o discurso escrito seja bem mais elaborado e construído. O discurso escrito mais formal rejeita frases incompletas. Constatamos, assim, que língua oral e língua escrita pertencem a dois registros distintos, codificados de maneira diferente e rigorosamente separados um do outro. Na literatura, essa rígida divisão foi sendo relativizada pela prosa romântica do século XX,

¹⁰ Crônica escrita em co-autoria com Edmar da Silveira Martins.

prolongada nos dias de hoje. Isso se explica pela intenção de reproduzir a língua do cotidiano, emprestando aos textos uma espécie de realismo. Há, ainda, autores que entendem que essa mistura nada mais é do que a natural assimilação entre os dois registros, o que proporcionaria o aparecimento de uma nova língua, mais apta a expressar a realidade.

GRAMÁTICOS E LINGUISTAS

Entre os estudiosos das línguas, podemos distinguir os gramáticos dos linguistas. Desde os antigos, a gramática ocupa uma dupla função. Em primeiro lugar, possui uma finalidade pedagógica, pois o estudo sistemático de uma língua e de suas regras de formação auxiliam o jovem aprendiz a organizar o pensamento, com vistas, essencialmente, a se apropriar do código escrito, já que a fala é natural ao homem, ao passo que a escrita é uma invenção humana, logo, um artefato cultural. Em segundo lugar, a gramática sempre esteve ligada à política, na medida em que o estudo de um padrão julgado correto de linguagem, em detrimento, muitas vezes, da realidade da variabilidade das línguas, correspondeu a um ideal de unificação dos povos. Nesse sentido, falar uma única variante linguística, ideal, a dita norma padrão, contribuiu para fortalecer uma identidade nacional. Foi assim que, na França, com Napoleão, as línguas regionais foram suprimidas, em prol de uma língua una, o francês tal como é falado e escrito desde o século XVIII. No século XX, o surgimento da Linguística inaugura um novo paradigma: as línguas são estudadas em seu funcionamento interno, não importando, realmente, o usuário que dela faz uso. Para Saussure, estudar uma língua é descrever seus padrões sonoros, morfológicos, lexicais e sintáticos, isoladamente da história, o que implica deixar de lado as categorias de pessoa, tempo e espaço. Foi somente em meados do século XX que o interesse pelo estudo da relação entre língua e sociedade ganhou credibilidade nas comunidades científicas. Disciplinas como a Sociolinguística e a Pragmática deram origem a um novo tipo de linguista: aquele que descreve o funcionamento de uma língua na

relação com seus usuários. A noção de norma tornou-se, então, problemática, pois, para uma dada comunidade linguística, aquilo que o gramático considera como erro parece ser, justamente, a forma “normal” de se comunicar. Por esse e outros motivos, o trabalho do gramático se distingue do trabalho do linguista. Aquele prescreve, de forma mais ou menos explícita, uma forma de se comunicar, ao passo que o linguista coloca em evidência as diferenças entre os falares. Atento a essa contradição, o poeta modernista Oswald de Andrade escreve o poema “Vício na fala”:

*Para dizerem milho dizem mio
Para melhor dizem mió
Para pior pió
Para telha dizem teia
Para telhado dizem teiado
E vão fazendo telhados.*

LÍNGUA, HISTÓRIA E SENTIDO

Quando falamos, estamos falando pela primeira vez? O que dizemos ou escrevemos é inédito? E será que temos controle sobre o que dizemos ou escrevemos? Esses questionamentos também são objeto de investigação das ciências que estudam a língua e a linguagem. Segundo o filósofo russo Mikhail Bakhtin, que produziu vasta obra no início do século XX, junto a um grupo de amigos e estudiosos, o único homem que proferiu palavras novas e originais de que se tem conhecimento foi Adão. O exagero da metáfora bíblica constitui a base da teoria do dialogismo de Bakhtin, para quem um enunciado sempre dialoga com aqueles que vieram antes dele, o que vem a ser um princípio da linguagem humana. No final dos anos 1960, na França, o filósofo Michel Pêcheux lança as bases de uma teoria que abala estruturas na comunidade científica. Influenciada pela Psicanálise, a Análise do Discurso propõe, entre outras ideias, que nós, falantes, não temos total controle sobre o sentido das palavras que proferimos, na medida em que esses sentidos existem antes e independentemente de nós. Tomemos como exemplo o enunciado “Lugar de mulher é na cozinha”. Um enunciado que soa familiar, mas cuja autoria desconhecemos, assim como já não lembramos mais onde o ouvimos. Mesmo assim, ele soa familiar e, ironicamente falando, faz sentido. Mais recentemente, alguns movimentos feministas, a exemplo da Marcha das Vadias, criada no Canadá, em 2011, carrega o lema “Lugar de mulher é onde ela quiser”. O enunciado em questão polemiza com aquele que estabelece que lugar de mulher é na cozinha. Essa circulação dos dizeres irradia em outras direções, constituindo uma rede de memória dos discursos. É o que acontece, por exemplo, com este dizer: “Meu

corpo, minhas regras”, ou este outro, que se tornou meme da Internet: “lugar de mulher é na cozinha, lugar de homem é na cozinha, o lugar de todos é na cozinha, afinal, na cozinha tem comida”. São efeitos de sentido distintos: cômico, polêmico, subversivo, dogmático, mas permanece a lembrança, na língua, de que o espaço da mulher na sociedade era/é, física ou simbolicamente delimitado.

O INTERDISCURSO

Nossos dizeres não são neutros, mas atravessados pelos dizeres dos outros. Essa é uma das teses defendidas por uma teoria das ciências da linguagem que se interessa pelo sentido veiculado pela língua. O conceito de interdiscurso é fundamental para se compreender que aquilo que dizemos, sob a forma de textos, orais ou escritos, verbais ou não verbais, possui uma transversalidade, ou seja, nossas palavras são atravessadas pelas palavras dos outros. Essa observação implica a desmistificação de que nossos dizeres são originais, puros e racionais. Ou ainda, que a linguagem é criativa, tese defendida pelo linguista Noam Chomsky, que observou que as crianças, na fase de aquisição de uma língua, possuem uma capacidade inata para produzir sentenças variadas, com base na criatividade. Estudos posteriores mostram que essa faculdade, ainda que biológica, está submetida às dinâmicas sociais. Ou seja, a partir do momento em que a criança convive e interage com outros seres à sua volta, sua língua se adapta ao meio ambiente. Ao dizermos que as palavras que compõem nossas frases não são nossas, mas emprestadas dos outros, estabelecemos que este é um princípio da linguagem. Para o filósofo russo Mikhail Bakhtin, tal princípio é chamado de dialógico; para o filósofo francês Michel Pêcheux, esse princípio é o da interdiscursividade. Tomemos por exemplo o enunciado “Não é invasão, mas ocupação”, bastante ouvido no contexto político de ocupação de escolas, em protesto a medidas governamentais na área da educação. Ao dizer “não é invasão”, o enunciador está afirmando um discurso disseminado sobre as ações de ocupação das escolas. No entanto, afirma para negar, ao dizer, em seguida, que se

trata de ocupação. Em resumo, no mesmo enunciado, duas vozes entram em conflito, indicando que a língua e a linguagem, longe de serem neutras, originais ou criativas, são palco de embates.

MEMÓRIA SOCIAL

A memória é definida, usualmente, como uma faculdade mental, própria aos seres humanos, caracterizada pela capacidade que temos de armazenar e recuperar informações disponíveis no cérebro. Nessa acepção, trata-se da memória biológica. Nas ciências da linguagem, investiga-se o papel histórico e social da memória, diante do fato de que certas palavras, expressões, e até mesmo textos, quando evocados, mobilizam uma memória ligada a dizeres anteriores. Na Análise do Discurso, em particular, teoria da linguagem que estuda a relação entre a língua e o contexto de produção e compreensão das palavras, a memória é relacionada às condições sócio-históricas e cognitivas de produção dos discursos. Nesse sentido, para essa vertente de estudo da linguagem humana, a memória não se restringe à capacidade biológica de armazenar e recuperar informações, o que seria o modo como a memória opera em nosso organismo, mas se explica pela relação entre os dizeres e sua circulação prévia na cultura. É desse modo que as palavras significam pela memória discursiva, ou seja, pelos dizeres já produzidos que emergem a cada nova significação, em geral produto de uma paráfrase, isto é, a reformulação dos sentidos. Ao lermos uma manchete de jornal a respeito de um ataque terrorista, por exemplo, nossa compreensão desse acontecimento, onde quer que ele se produza no mundo, na conjuntura atual, se dá muito mais pelo resgate de uma memória histórica dos ataques terroristas ligados a grupos islâmicos, do que pela simples identificação das palavras isoladamente. E, não raro, surge em nossa mente a imagem das torres gêmeas de Nova Iorque ou da redação do jornal Charlie Hebdo, na França, o que indica que a memória apresenta uma configuração semiótica, verbal e visual.

LINGUAGEM, ENSINO E APRENDIZAGEM

ESCOLA

Você conhece a origem da palavra escola? Do latim *schola*, significa “lazer estudioso”; do grego *skholé*, significa, originalmente, “pausa do trabalho, ócio”. Na antiguidade greco-latina, berço de nossa civilização, a escola designa um lugar distanciado dos afazeres cotidianos, onde é possível se ausentar das preocupações do dia a dia para cultivar a reflexão e a discussão. Em sua acepção atual, a escola designa, segundo o *Dicionário Littré* da língua francesa, um estabelecimento onde se ensinam elementos das letras, das ciências e das artes. No *Dicionário Aurélio*, são mais de dez as acepções para o verbete: além de estabelecimento, “escola” designa aprendizagem, doutrina, professores e discípulos, entre outros. O que nos interessa aqui é fazer refletir sobre o sentido original do termo. Afinal, a escola ocupa, nos dias de hoje, essa função de ócio, de distanciamento do barulho cotidiano? Quando pensamos que muitas escolas preparam seus alunos para o mercado de trabalho, será esta mesmo a função primeira da escola? Esses elementos de discussão têm por finalidade refletirmos sobre o modo como os conteúdos vêm sendo transmitidos na época atual. Ciências como a Matemática, a Astronomia, a Linguística, por exemplo, produzem saberes teóricos, que não se aplicam diretamente na vida prática. Para que conhecer as características formais de uma língua, ou ler textos do século XIX, se nem sempre esses conhecimentos serão transpostos na vida adulta? A polêmica está instalada: segundo estudiosos, ensinar é diferente de educar. Ou seja, a escola, nos dias de hoje, está mais centrada no ensino prático de conteúdos que serão utilizados na vida profissional, do que em sua função primeira de educar jovens aprendizes para o conhecimento

sobre o homem e a natureza produzido até hoje, disso resultando, também, a formação do caráter, incluindo-se a moral e a virtude.

ENSINAR E EDUCAR

Ensinar é a mesma coisa que educar? Apesar de serem tomados, muitas vezes, como sinônimos, esses termos não possuem a mesma raiz, nem tampouco o mesmo significado. “Educar” vem do latim *ex+ducere*, ou seja, “conduzir para fora”, “guiar”. O termo “educar” carrega, em sua história, a ideia de levar alguém a sair de si mesmo, para lhe mostrar o que existe além de seus conhecimentos. Já o termo “ensinar” é formado pelo prefixo *in* e o radical *signum*, que significa “marca”, “sinal”. Ou seja, “ensinar” é gravar, marcar alguém por um conhecimento. Como se pode observar, desde sua etimologia, “educar” possui uma função menos utilitarista do que “ensinar”. Ao passo que a educação possui um compromisso com a formação do caráter, o ensino está relacionado às práticas de transmissão e fixação de conteúdos. Assim sendo, “educar” é levar o aluno a estabelecer um contato sólido com os saberes produzidos pelos grandes homens, no campo das ciências, das letras e das artes. “Ensinar”, por sua vez, está mais associado à noção moderna de pedagogia, com um viés mais explícito para as finalidades práticas dos saberes aprendidos. Na obra *História da pedagogia*, Gabriel Compayré explica que, para Platão, a educação dos agricultores e artesãos, na Grécia antiga, era nula, pois bastava aos homens desta casta aprender uma profissão. As outras castas, formadas pelos guerreiros e magistrados, recebiam, por sua vez, uma verdadeira educação, no sentido clássico. A educação dos guerreiros compreendia a música e a ginástica, enquanto a educação dos magistrados era uma alta instrução filosófica: eles eram iniciados em todas as ciências e na metafísica. Nessa concepção, os governantes deveriam ser eruditos e

filósofos. Finalmente, Platão diz que, mais do que a religião, as artes são as responsáveis por moralizar os homens. A perfeição moral viria, então, do conhecimento da literatura, da música e da dança.

INFÂNCIA

Ah que saudades que eu tenho da minha infância querida que os anos não trazem mais! Com essas belas palavras, o poeta Casimiro de Abreu celebrou-se ao falar sobre esse período marcante e inesquecível de nossas existências. O termo “infância” vem do latim *infantia*, que significa “aquele que não fala”. Em português, o termo é empregado para esse período da vida, enquanto o termo “criança”, que também tem origem no latim, significa “criar”, “crescer”, a partir de *creare*. As teorias aquisicionistas da linguagem defendem que nós, seres humanos, somos dotados de uma capacidade de linguagem, uma competência, que, no contato com o meio social, permite a aquisição de uma língua particular, aquela compartilhada pelos falantes que convivem com a criança. É notório que, ao longo dessa aquisição, a criança, que ainda não domina a língua de seu entorno, permanece em uma espécie de estágio intermediário, que compreende diferentes fases, do balbúcio às construções sintáticas mais complexas. Por volta dos seis anos de idade, a criança já adquiriu sua língua materna, mas, antes disso, ela busca diferentes e diversificadas estratégias para se adaptar à comunicação. Momentos marcados pela criatividade, pela brincadeira e pelas incontáveis tentativas que fazem a diversão dos adultos. Rimos da linguagem infantil não porque ela é essencialmente engraçada, mas porque foge às convenções linguísticas socialmente estabelecidas. Nesse ponto, a linguagem da criança tem muito do lúdico e da poesia, no sentido de ser transgressora, escapando muitas vezes à compreensão do adulto. Segundo Glória Pondé, estudiosa da literatura infantil, a poesia, assim como a linguagem infantil, atribui uma força maior à palavra, que

se torna concreta e mágica, pois retoma o sentido originário da coisa que representa. Os poemas de Manoel de Barros ilustram à perfeição essa língua em estado de criação, como nos versos: “Achava que os passarinhos são mais importantes do que aviões. Porque os passarinhos vêm dos inícios do mundo. E os aviões são acessórios”.

AQUISIÇÃO OU APRENDIZAGEM?

A aquisição de uma língua corresponde a um processo inato, biológico, ou adquirido pelo contato social com outros falantes? Para os defensores da tese do inatismo, a linguagem é uma faculdade humana e as estruturas mentais precedem o contato da criança com a língua falada no meio em que ela cresce e se desenvolve. Essa tese tem por um de seus representantes mais célebres o linguista americano Noam Chomsky. Na contramão dessa teoria, o psicólogo suíço Jean Piaget defende que a aquisição de uma língua faz parte de um processo voluntário de transmissão de conhecimentos pelo contato da criança com o meio em que cresce, desenvolve-se e interage, mediante diferentes fases de aprendizagem. É a chamada tese behaviorista ou comportamentalista, que concede um lugar de destaque à escola nesse processo, pois é neste lugar que a criança desenvolve o pensamento simbólico. Na obra *Problemas de Linguística Geral*, o linguista francês Emile Benveniste afirma que “a aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas”. Nesta passagem, o autor dá pistas sobre uma tendência forte, nos dias de hoje, que consiste em considerar que a linguagem precede o pensamento, ou seja, não é o pensamento que dá forma à linguagem, mas são as experiências de linguagem que moldam o pensamento. Já no início do século XX, o estudioso russo Volochínov afirmou que “toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”.

APRENDER UM IDIOMA

Há inúmeras razões para se aprender uma língua estrangeira. Entre os antigos, estudar uma língua estrangeira significava entrar em contato com os textos clássicos produzidos por um determinado povo. Foi o que aconteceu com os textos latinos, e essa é a chamada tradição filológica. Com o advento das tecnologias da comunicação (imprensa), isso desde o século XV, a informação passou a circular de forma mais rápida e eficiente, assim, o acesso à língua estrangeira também esteve mais disponível. Mas é a partir do final do século XIX que aprender uma língua estrangeira significa ter acesso a informações privilegiadas de outras culturas, sobretudo em época de guerras. No século XX, surgem as abordagens comunicativas da aprendizagem de uma língua estrangeira, que diferem das metodologias anteriores por sua finalidade maior: entrar em contato com o outro, estrangeiro. No século XXI, a globalização, em escala mundial, facilitada pela transmissão rápida da informação (telefone, internet), não se restringiu à economia, tendo afetado diretamente a forma como nos relacionamos com as outras culturas. Aprender uma língua estrangeira, na era globalizada, tem implicações diversas sobre o mundo do trabalho (currículo, acordos internacionais, parcerias empresariais), na formação (programas de mobilidade internacional, formação de profissionais de ensino de línguas estrangeiras) e na esfera privada dos indivíduos: viagens turísticas, enriquecimento pessoal e interações pessoais.

LEITURA

Estamos lendo menos. Essa afirmação é bastante disseminada, mas será que corresponde à realidade? A questão tem a ver menos com a frequência do que com a qualidade e o tamanho dos textos que ocupam nossa atenção. De um ponto de vista da frequência, talvez seja possível afirmar que lemos cada vez menos as obras clássicas da literatura, por exemplo, ou as notícias e comentários transmitidos nos jornais impressos. Por outro lado, a linguagem escrita e, por consequência, a leitura se faz cada vez mais presente em nosso cotidiano, mediada pelas tecnologias digitais da informação. Estamos falando dos dispositivos informáticos, como computadores fixos e móveis, aparelhos celulares, *tablets*, televisores *smart*, e até mesmo relógios que funcionam como um computador de pulso. Ou seja, desse ponto de vista, as novas tecnologias democratizaram o acesso à leitura, e nos tornaram leitores ainda mais assíduos, se pensarmos que, antes delas, a leitura se restringia ao suporte escrito impresso. Evidentemente, os avanços da comunicação não significam, necessariamente, que lemos textos formadores, como obras literárias em prosa ou poesia. A rapidez na transmissão da informação, facilitada pelos dispositivos tecnológicos e, sobretudo, pela internet, parece ter contaminado nossos antigos hábitos de leitura. Lemos com mais frequência, mas, de preferência, textos curtos e fragmentados e, na maior parte do tempo, acessando outros textos, por meio de links, no chamado hipertexto digital. A atitude contemplativa da leitura de outrora cedeu lugar, assim, aos cliques ágeis e nem sempre acertados em *websites*, portais de busca e redes sociais. Temos, agora, o desafio de conciliar as novas tecnologias a

uma leitura seletiva e consciente, o que nos garantirá um ganho de tempo para uma formação mais sólida.

LEITURA E ESCRITA

A relação entre leitura e escrita é estreita. Aqueles que têm o hábito da leitura, ainda mais em se tratando de textos com maior cuidado formal, costumam revelar a mesma aptidão na escrita. Isso porque a leitura é muito mais do que a simples decodificação de palavras. Ao lermos, interagimos com o texto, antecipamos informações, criamos expectativas, desenvolvemos a sensibilidade e a afetividade, refletimos sobre a condição humana e sobre nossa própria condição e, evidentemente, pensamos sobre a linguagem, fortalecendo, assim, nossas habilidades metalinguísticas. O filósofo russo Mikhail Bakhtin desenvolveu, junto a um grupo de estudiosos no início do século XX, a teoria do dialogismo, segundo a qual as palavras que pronunciamos não são nossas, pois situam-se no terreno comum do locutor e do interlocutor. Isso significa que, ao falarmos ou lermos, não criamos ideias ou frases novas, nunca antes pronunciadas. Nossa linguagem resulta da interação verbal que estabelecemos com outros falantes e escritores. Se pedirmos a uma criança que nos conte uma história, ela lançará mão de suas competências comunicativas desenvolvidas no contato com as histórias que já ouviu ou leu. Ela poderá iniciar sua história pela expressão “Era uma vez”, que desempenha a função de marcador do gênero discursivo conto de fadas. Portanto, o enredo pode até ser original, mas, certamente, a estrutura de seu discurso conterá marcas de outros dizeres. As esferas organizadas da sociedade, predominantemente escritas, como a Ciência, a Filosofia, o Direito, a Literatura, possuem seu modo próprio e relativamente estável de comunicação. Quanto maior for a exposição aos gêneros de

textos característicos dessas esferas, maior será a habilidade do falante e do escritor em deles se apropriar.

O TEXTO ARGUMENTATIVO

Vamos falar um pouco sobre a importância de ler e escrever textos argumentativos. Em nossas sociedades democráticas, que pressupõem o direito à liberdade de pensamento e expressão, a argumentação desempenha um papel fundamental para promover o debate, a tolerância e a igualdade. Mas, se o texto argumentativo, oral ou escrito, situa-se entre as habilidades de linguagem mais exigidas para se comunicar e interagir em sociedade nos dias de hoje, ele resulta de uma atividade complexa. Argumentar não significa expressar uma opinião pessoal, mas construir um ponto de vista por meio de argumentos favoráveis e contrários à tese defendida, buscando, dessa forma, ser convincente, sem deixar de respeitar outras opiniões. Estudos científicos indicam que um bom texto não é apenas aquele que obedece às regras gramaticais do padrão de linguagem estabelecido socialmente. Além de observar as regras gramaticais pertinentes a uma dada situação de linguagem, o autor do texto também deve estar atento aos seguintes aspectos:

- comunicacionais: os destinatários do texto (para quem?), as finalidades comunicativas (para quê?), o suporte de veiculação (onde?);
- textuais: a tipologia (narração, descrição, explicação, argumentação); a estruturação interna do texto (coesão) e externa (coerência);
- ideológicos: todo texto veicula um posicionamento, que irá guiar o leitor na construção do sentido.

Esses aspectos atuam em conjunto no planejamento, elaboração e redação de um texto, que, a partir disso, passa a ser considerado uma atividade de linguagem, que produz sentido e é idealizado para um destinatário.

BLOG E APRENDIZAGEM

Com o advento da tecnologia digital, a internet, estamos assistindo ao surgimento crescente de formas renovadas de comunicação. Mas, ao contrário do que se possa imaginar, esses dispositivos, chamados gêneros textuais, não são novos; na realidade, eles passam por um processo de transmutação, isto é, de transformação de formas de linguagem já conhecidas, como carta, reportagem, piada, telefonema, entre outros. Mas, então, o que é novo? É justamente o suporte, neste caso digital, que possibilita uma ampliação e não raro uma transformação radical desses gêneros: da carta para o e-mail, do telefonema falado para a mensagem escrita instantânea, da piada para o meme, da fofoca entre conhecidos para as notícias de celebridades, dentre vários outros exemplos. Estar atento a essas transformações é uma forma de compreender a realidade em que vivemos e as novas modalidades de interação em sociedade. Atenta a isso, Valquiria Aranda Ventura da Silva, professora de língua portuguesa em uma escola estadual da periferia de Corumbá, desenvolveu uma pesquisa, no programa de mestrado profissional da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) de Campo Grande, sobre o uso do blog como suporte de divulgação de contos literários produzidos por alunos do 9º. ano do ensino fundamental. Os resultados são surpreendentes. A pesquisa mostra que as tecnologias digitais são fortes aliadas no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa, em particular na produção escrita, revelando-se uma estratégia eficaz para articular teoria e prática, além de serem um excelente recurso para despertar a motivação, na medida em que os

alunos são envolvidos em práticas de linguagem reais, com objetivos definidos: tempo, espaço, leitores.

SALA DE AULA E TECNOLOGIA

Uma sala de aula, alunos sentados em fileiras, com os olhares voltados para a mesma direção: à sua frente, o professor e o quadro negro. Essa estrutura física tradicional pode estar com os dias contados. Não é novidade que o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, as chamadas NTIC, estão revolucionando o modo de ensinar e aprender: equipamentos como projetor de imagens, lousa digital, *tablets*, *smartphones* e outros dispositivos fazem parte do ambiente didático já há algum tempo. A novidade, agora, fica por conta da mobilidade no espaço físico da sala de aula. Uma escola no interior da França adotou um modelo de sala de aula em que as carteiras são equipadas com rodinhas, os alunos trabalham sempre em grupos, às vezes assistem às aulas sentados em pufes ou estudam em outros cantos da escola, menos formais, o professor circula pela sala e um robô faz as vezes de quadro negro. A palavra de ordem é liberdade, de modo a tornar a aula dinâmica, para um público que, desde a mais tenra idade, já está familiarizado com as tecnologias de última geração. Resultado: a aula se torna menos maçante e muito mais criativa, fazendo com que, literalmente, as ideias entrem em movimento, facilitando a aprendizagem. Uma das questões que se colocam sobre esse novo hábito comportamental é como, e até que ponto, os alunos se apropriam dos saberes necessários para sua formação. Afinal, as aulas magistrais, aquelas comandadas pelo professor, ainda que muitas vezes entediantes, desde a Antiguidade grega foram o celeiro das jovens mentes. Para o filósofo francês Gilles Deleuze, uma aula não tem por objetivo ser totalmente compreendida. Ela é tanto emoção quanto reflexão. Uma velha questão, então, ressurge: as

novas tecnologias serão capazes de substituir a emoção transmitida por aquele querido ou aquela querida mestre?

IMPORTÂNCIA DA LEITURA¹¹

Muitas pessoas se queixam de que ler é uma atividade cansativa, que toma tempo e é simplesmente uma obrigação escolar. Alguns se perguntam por que ler, qual a vantagem disso? Pois bem, a leitura amplia o conhecimento, aguça a criatividade e a imaginação, trabalha o raciocínio lógico. Ler aprimora habilidades como o conhecimento da norma gramatical e o enriquecimento do vocabulário. Um estudo realizado pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Oxford, nos Estados Unidos, e divulgado em 2011, revelou que pessoas que leem de forma espontânea, além da obrigação escolar/ profissional, têm mais chances de crescer profissionalmente, devido à ampliação de vocabulário e à compreensão de conceitos abstratos possibilitados pelas leituras cotidianas. Para se ter uma ideia da importância dessa atividade, nessa pesquisa, comparou-se o hábito de 17.200 pessoas aos 16 anos e suas posições profissionais aos 33, e notou-se que, entre cinema, esporte, etc., a única atividade substancialmente relevante para a ascensão foi a leitura. Ou seja, quem, desde jovem, dedica algum tempo livre para ler pode se tornar no futuro um profissional mais bem-sucedido. Vale notar que tanto em revistas e jornais diários quanto em livros *best-sellers* ou clássicos, podemos obter os mesmos benefícios da leitura. Para adquirir o hábito de ler, comece lendo aquilo que mais lhe agrada. Se você é uma pessoa que gosta de esportes, procure cadernos esportivos em jornais, revistas especializadas, biografias sobre grandes nomes e textos em geral que tratem do assunto. O mesmo se aplica a cinema, turismo, curiosidades etc.; qualquer tema é válido para abrir as portas para a leitura.

¹¹ Crônica escrita em co-autoria com Lucinéia Ramos.

LINGUAGEM E FILOSOFIA

A QUESTÃO DA REFERÊNCIA

O significado das palavras é objeto de interesse da Filosofia da linguagem. A esse respeito, falemos sobre a referência, isto é, a relação entre a linguagem e o objeto que ela representa, simplificando, a relação entre a palavra e seu referente. Na filosofia grega, Platão afirmava que “acerca de nada, nada pode ser afirmado com sentido”. Isso significa, por exemplo, que um enunciado como “O céu é azul” é verdadeiro porque possui um referente em nossa realidade sensível, a natureza. Já um enunciado como “O céu não é azul”, pela visão platônica, é considerado falso, na medida em que não pode ser verificado. Entretanto, essa concepção, realista, da referência, encontra alguns problemas. Palavras como “porque” ou “ainda” não possuem um referente na realidade observável. Por outro lado, diferentes palavras podem se referir ao mesmo objeto do mundo. Por exemplo, o referente “leão” pode ser representado pelas palavras “animal”, “mamífero”, “felino”, “fera”, entre outros. E o que dizer de palavras que não se referem a seres ou objetos do mundo, mas ao contexto da comunicação? Pronomes como “eu”, “você”, e ainda, advérbios como “hoje”, “aqui”, isto é, categorias linguísticas de pessoa, tempo e espaço, não são estáveis, mas fortemente dependentes do contexto. Podemos resumir dizendo que *é eu quem diz eu*, que a palavra *aqui* remete apenas ao lugar de onde se fala, e que *hoje* refere-se apenas ao momento da fala. Podemos dizer, então, que *amanhã*, *hoje* já será *ontem*. Terminemos com este exemplo: “Lugar de mulher é na política”, cujo referente não é a realidade, mas a alusão a outro enunciado, o estereótipo linguístico “lugar de mulher é na cozinha”.

Muitas vezes, o referente extrapola a linguagem, podendo ser encontrado na história e nas dinâmicas sociais.

RETÓRICA

Há mais de dois mil anos, o filósofo grego Aristóteles elaborou um manual sobre os modos de se persuadir o ouvinte por meio da linguagem. Esse estudo é conhecido até os dias de hoje como Arte Retórica. Frequentemente associada às figuras de linguagem na literatura, ou às técnicas de oratória, a Retórica não se restringe, no entanto, a esses campos. Seja na publicidade, na política, na imprensa e em muitos outros campos de atividade humana mediada pela linguagem, a persuasão está relacionada à argumentação. O grande legado de Aristóteles foi dividir os tipos de argumentos, chamados provas, em *logos*, *ethos* e *pathos*. O *logos* diz respeito a argumentos que podem ser verificados, pois lidam com a razão. O *ethos* concerne aos argumentos de que se vale o orador para persuadir, ao construir uma imagem de si para o ouvinte. Já o *pathos* relaciona-se a argumentos que visam a provocar uma emoção no público. Se observarmos as campanhas publicitárias que nos bombardeiam no dia a dia, veremos que, dependendo do público-alvo ou do produto, um desses argumentos é privilegiado pelo publicitário. Na cultura de massas, o *ethos* e o *pathos* são os argumentos mais empregados, isso porque, para chamar a atenção dos consumidores, é preciso inovar, surpreender, seduzir, seja valorizando a imagem da marca, seja provocando um efeito no ouvinte. Slogans como “amo muito tudo isso”, de uma rede de *fast food*, indicam que, para fazer a diferença nos dias de hoje, não basta expor as qualidades do produto, é preciso levar em conta aquele a quem se destina.

PARÁFRASE

O prefixo grego *para* indica paralelismo, “ao lado de”. Adicionado a um radical, *para* transforma o sentido desse radical, como em “paradidático”, material complementar a um livro didático, ou “paramédico”, que diz respeito às profissões que não são médicas, mas que estão relacionadas à saúde, como socorristas, fisioterapeutas, enfermeiros. No termo “paráfrase”, o radical *para* indica uma construção que acompanha lado a lado um texto fonte. Parafrasear um texto significa reformulá-lo, para explicá-lo. Na Grécia antiga, a paráfrase consistia em um exercício de estilo, de cunho didático e pedagógico, com a finalidade de desenvolver no jovem aprendiz a habilidade de interpretar textos clássicos e, de quebra, treinar a escrita. Essa verdadeira técnica de leitura e escrita perdura até os dias de hoje na tradição escolar ocidental. Seja nas escolas ou na universidade, os exercícios de resumo, fichamento, resenha, interpretação de textos, entre outros, revelam muito dessa tradição secular. Mas, ao contrário do que pode parecer, a paráfrase não é um exercício totalmente objetivo ou desprovido de subjetividade. Isso porque, ao reescrever um texto, frequentemente escrevemos outro texto, empregamos outras palavras, acrescentamos ideias que nem sempre se encontravam *ipsis litteris* no texto-fonte. Por isso, parafrasear um texto é muito mais do que reescrevê-lo. No texto científico, por exemplo, a paráfrase consiste na habilidade de fazer dialogarem diferentes perspectivas teóricas, em prol do objeto que se está pesquisando.

INFERÊNCIA

Na obra *Argumentação*, de José Luiz Fiorin, a inferência ocupa um lugar especial. Segundo o autor, inferência é a operação pela qual se admite como correta uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições consideradas verdadeiras. Segundo Fiorin, as inferências são de 3 tipos: lógica, semântica e pragmática. A inferência lógica é da ordem da razão, uma consequência necessária das relações entre proposições, que não deixa margem para dúvidas. A inferência lógica é amplamente empregada nas ciências exatas, como neste enunciado: “Se um polígono tem três lados, então é um triângulo”. Infere-se, logicamente, que, se um polígono não tem três lados, então não é um triângulo. Parece lógico, não é? Mas é porque estamos habituados a esse tipo de raciocínio, herdado dos gregos e muito presente em nossa formação escolar. A inferência semântica é aquela que decorre do significado das palavras, como em “Hoje não fui à escola”, proposição que só tem sentido se admitirmos que este locutor vai à escola todos os dias. A inferência pragmática é, por assim dizer, mais sutil, pois não mobiliza o raciocínio lógico e nem tampouco a orientação argumentativa das palavras. Ela deriva das regras de uso da linguagem, que são de ordem social, cultural e até mesmo histórica. Apesar de aparentemente incoerentes, essas regras são totalmente compreensíveis e aceitáveis, tendo em vista a relação entre os parceiros da comunicação. Por exemplo, alguém diz “Não comprei o presente da Luiza”, ao que o interlocutor responde: “Tem um shopping perto daqui”. Para compreender a resposta, o locutor ativa um conhecimento prévio, ao inferir que o shopping é um lugar onde se fazem compras, que fica aberto até mais tarde. Resumindo, a comunicação humana é recheada de informações implícitas, ou seja, não ditas.

TAUTOLOGIA

Em lógica, tautologia é uma proposição verdadeira para qualquer interpretação. Nos estudos sobre a persuasão pela linguagem, ou seja, na Retórica, a tautologia possui diferentes finalidades: estilística, lúdica, cômica. Expressões como “Vi com meus próprios olhos”, “encarar de frente”, “outra alternativa”, “certeza absoluta”, entre outras, são desaconselhadas do ponto de vista do ideal de correção linguística, isto é, a norma. Mas, em nosso dia a dia, o emprego de tautologias é não somente comum, mas repleto de sentido. Ao dizer “Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”, o falante se esquivava da responsabilidade por aquilo que diz. Em outras construções, tidas como redundantes, ou seja, excessivas por conterem repetições e obviedades, a tautologia não tem nada de anormal: o locutor se vale do exagero para dar ênfase ao objeto de sua fala, por exemplo, quando diz “exceder em muito”, “comparecer em pessoa”. Frequentemente, uma tautologia também serve para transmitir ideias falsas, com impressão de verdade. É o que acontece na política e na publicidade, onde a tautologia adquire ares de manipulação, como nesses exemplos: “100% de nossos clientes compram nossos produtos”, “Vote para o partido vencedor”. Na obra *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*, a pesquisadora Eni Orlandi analisa o slogan do governo federal “País rico é país sem pobreza”, que ela designa como tautologia. A autora observa que, no slogan do Ministério da Educação, o termo “pobreza” está associado à erradicação do analfabetismo, pela rede de paráfrases “País rico é país rico”, “País educado é país sem pobreza”. E você, faz uso de tautologias?

VIDA BOA¹²

Para você, o que é uma vida boa? A tentativa de responder a essa pergunta ocupou, ao longo da história do pensamento, a mente de muitos estudiosos. Segundo o filósofo francês contemporâneo, Luc Ferry, da época clássica grega até nossos dias, cinco soluções para esse enigma foram propostas. A primeira tentativa foi a chamada resposta cosmológica, na Grécia antiga. Para os gregos da época de Homero, Platão e Aristóteles, até a chamada escola estoica, uma vida bem sucedida pressupunha a posse da sabedoria. E para se atingir a sabedoria, três critérios devem ser atendidos. Primeiramente, é necessário vencer o medo (timidez, fobia, medo da morte, etc.), que é contrário à sabedoria, pois torna os homens egocêntricos, estúpidos e maus. O segundo critério recomenda libertarmo-nos dos apelos do passado e das angústias com o futuro. Precisamos, pois, voltar a habitar o presente. O sábio é aquele que se arrepende menos, espera menos e ama mais. O terceiro critério é descobrir o lugar que cada um de nós ocupa no cosmos, que para os gregos era harmônico, belo e bom. A segunda resposta é a religiosa. De acordo com essa visão, viver bem é conduzir-se neste mundo segundo os mandamentos de Deus; é aspirar à vida eterna. A terceira foi a resposta iluminista. Para os filósofos das Luzes, não é pela integração no cosmos, nem pela obediência às leis divinas que se vive uma boa vida, mas pela contribuição que cada indivíduo dá, por mínima que seja, ao chamado progresso da humanidade. A quarta resposta, inaugurada por Schopenhauer e desenvolvida por Nietzsche, preconiza

¹² Crônica escrita em co-autoria com Edmar da Silveira Martins

a vida intensa e livre como a única digna de ser buscada. É a chamada filosofia do martelo, de Nietzsche, que prega a destruição da metafísica e da religião, dois ídolos tirânicos que mantêm os homens acorrentados na masmorra da impotência. A quinta e última resposta (a do amor), hegemônica em nossa época, nos ensina que viver bem é identificar o que é sagrado para nós. Sagrado aqui entendido como um valor pelo qual estamos dispostos a matar ou morrer. Amar, pois, o que nos é sagrado: não o cosmos, a Deus, a pátria ou a revolução, mas amar seus entes queridos, o cônjuge, os filhos, o meio ambiente e as gerações futuras.

TEMPO

Afinal, o que é o tempo? Para Aristóteles, filósofo grego que viveu trezentos anos antes de Cristo, “o tempo é o número do movimento segundo o antes e o depois”. Ou seja, ele é identificado a uma ordem mensurável do movimento cósmico; é um fenômeno físico. Na filosofia de Santo Agostinho, o tempo se dá no espírito humano. Isso porque só podemos apreendê-lo em nossa consciência e representá-lo por meio do verbo, ou seja, pela linguagem. Pois, sendo o tempo cíclico – o dia, a noite, as estações –, só há uma maneira de mensurá-lo: considerando que o presente é o tempo em que as ações transcorrem, o passado o que já não é, e o futuro o que será. Na obra *Astúcias da enunciação*, o linguista brasileiro José Luiz Fiorin, referência nos estudos sobre as categorias de tempo, pessoa e espaço, explica: “medimos o tempo enquanto passa (...), é quando o tempo passa que pode ser sentido e medido (...), ninguém ousaria dizer que o passado e o futuro não existem, pois seu ser está ligado à linguagem, uma vez que as pessoas podem predizer o futuro e narrar o passado”. Desde a Antiguidade, portanto, o tempo é concebido como uma categoria que nos ajuda a compreender os acontecimentos. Na Linguística, o francês Émile Benveniste explora de modo exemplar a questão do tempo, subdividindo-o em tempo físico, tempo crônico e tempo linguístico. O tempo físico diz respeito ao movimento cósmico, segundo a concepção aristotélica. O tempo crônico tem relação com os acontecimentos que, no tempo, estabelecem marcos em nossas vidas, eventos marcantes como o dia de nosso nascimento, a publicação de uma obra, a eleição de um presidente, um ataque terrorista como o 11 de setembro. Já o tempo linguístico é

aquele que nos é mais familiar, a respeito do qual falamos com toda segurança e espontaneidade. São as categorias linguísticas dos verbos, advérbios, preposições e conjunções, como nesse enunciado: “Cheguei ontem às 10 horas”. Mas, como mostra Fiorin, cada língua expressa o tempo à sua maneira, o que explica a diferença dos sistemas verbais entre as línguas.

ARGUMENTAÇÃO

Argumentar é um tipo de raciocínio, um recurso retórico, uma tipologia textual ou uma intencionalidade? De um ponto de vista lógico, argumentar consiste em levantar argumentos que demonstrem ou comprovem uma proposição, com vistas a convencer ou persuadir o interlocutor. Em uma discussão acalorada, alguém que empregue um termo chulo, um palavrão, pode ser contestado por seu interlocutor com a afirmação de que “palavrão não é argumento”. Aí está um argumento difícil de ser refutado. Enquanto recurso retórico, argumentar significa mobilizar argumentos que irão servir de técnicas de convencimento, pela razão, ou de persuasão, pela imagem construída pelo locutor, ou pelas reações suscitadas no ouvinte. Na política e na publicidade, por exemplo, a argumentação extrapola o ponto de vista lógico, na medida em que os locutores, um partido ou uma marca, empregam argumentos de diferentes ordens para provocar a adesão do público eleitor e consumidor. Quando uma rede de *fast food* diz que contribui para a alimentação saudável das crianças, oferecendo frutas como sobremesa, não está apenas argumentando no sentido lógico, mas também cria uma autoimagem positiva, ou seja, constrói um *ethos* de valorização da saúde e do meio ambiente, quando, na realidade, seus produtos mais vendidos vão na contramão desses argumentos. Nos textos, a argumentação é identificada a uma tipologia, ou seja, a um conjunto de mecanismos linguísticos que se organizam em torno da estrutura argumento – contra-argumento – premissa – inferência – conclusão, retomando o modelo lógico. A redação do Enem, por exemplo, requer do candidato a elaboração de um texto dissertativo-

argumentativo, onde deve ser defendida uma posição acerca de um assunto geralmente polêmico da sociedade. Finalmente, a argumentação está relacionada a uma intencionalidade, mesmo quando não se emprega sua estrutura de raciocínio lógico. Em um tribunal, quando o réu narra um episódio relacionado ao motivo de sua possível acusação, assim procede para se defender; nesse sentido, está argumentando.

LINGUAGEM E TECNOLOGIA

TECNOLOGIAS DIGITAIS

Qual é o papel das tecnologias digitais em nossas vidas? Todos nós já sabemos a que ponto as tecnologias digitais modificaram nosso cotidiano, imprimindo às gerações atuais e futuras hábitos e comportamentos renovados. No trabalho, na escola, nos lares, nas igrejas, em tantos âmbitos de nossas vidas, dispositivos como computadores, *smartphones*, *tablets*, entre outros, facilitaram a transmissão de dados e as formas de armazenamento, transformando por completo nossa relação social e econômica, gerando impacto sobre o tempo e o espaço. Para se comunicar, mais ainda, para se relacionar no mundo digitalizado, não é mais necessário estar em presença do outro. Pagar uma conta, divulgar um livro, reunir-se com colegas de trabalho em outro país, acompanhar a vida de um amigo distante, fazer novos amigos, encontrar novos parceiros, defender uma tese, enviar um documento oficial, aprender, ensinar, todas essas tarefas já não exigem, exclusivamente, a presença física dos indivíduos. Nada disso é novidade, mas o ritmo frenético dessas mudanças muitas vezes nos impede de refletir sobre o quão rápida e profundamente os hábitos e comportamentos humanos estão se modificando, trazendo, também, efeitos indesejados. Assistimos, mais do que nunca, à mediação das relações humanas por meio de dispositivos eletrônicos, o que leva ao questionamento sobre o papel das tecnologias digitais na época atual. Algumas profissões, em especial, encontram dificuldades em se estabelecerem dentro dessa nova ordem: comerciantes, gerentes bancários, livreiros, veem sua função se desestabilizar diante do novo quadro. Na era digital, é possível se consultar sobre assuntos antes restritos a especialistas, como médicos, psicólogos, professores, até mesmo cartomantes!

INTERNETÊS¹³

Internetês é a linguagem que os internautas empregam para se comunicarem. A conexão com pessoas do mundo inteiro, de forma rápida no ciberespaço, fez com que surgisse uma nova modalidade de uso da língua. É verdade que o mundo digital tem características próprias, como rapidez, simultaneidade, tempo e valor pago por minuto de conexão, aspectos que exigiram abreviações por parte dos internautas. A palavra *você* foi substituída pelas letras *vc*, *porque* por *pq*, *não* pelo *ñ*, *casa* pelas letras *kz*, *beijo* por *bj*,... e assim acontece com muitas outras palavras. Apesar de não haver, aparentemente, uma sistematização na linguagem dos internautas, existem regras convencionadas por eles próprios, mas diferentes da norma padrão escrita da língua portuguesa. O importante para os navegantes do ciberespaço é a interação com o outro. Se a preocupação é aproximar os interlocutores, vale afirmar que existem variações regionais visíveis no mundo virtual: no Nordeste, *beijo* é *cheiro* e o internauta desse lugar vai usar *xeru*. Já na região Sudeste, *beijo* será *bj*, ou, dependendo do estado, *bjim*, *bjinhos*, *bjs*. Assim como na comunicação oral, a comunicação escrita é dinâmica e tem suas variantes também para os usuários da internet. A dinâmica da escrita reforça a ideia de heterogeneidade também da língua escrita consolidada pelos usuários da rede de computadores. Assim como a língua falada passa por transformações, o internetês também muda, até porque se aproxima ao máximo da oralidade, utilizando recursos da norma padrão. Os internautas usam consoantes, suprimem vogais, criam verbos e neologismos,

¹³ Crônica escrita em co-autoria com Lucinéia Ramos.

bem como recursos visuais (*emoticons*, *emojis*) para dar veracidade à interlocução no ciberespaço.

LINGUAGEM ORAL E ESCRITA NA COMUNICAÇÃO DIGITAL

A linguagem humana é tanto uma faculdade mental que pré-dispõe os seres humanos a desenvolverem uma língua, quanto uma atividade social, que permite a interação com outras pessoas, por meio de sistemas semióticos complexos: a língua, com seus sons, letras e significados, mas também as imagens e a expressão corporal. Basicamente, dois canais permitem a comunicação entre os seres humanos: a oralidade e a escrita. Tradicionalmente, eles não se confundem, mas, na era digital, recorreremos cada vez mais a uma mescla dos dois. Tomemos como exemplo a comunicação virtual em aplicativos de mensagens instantâneas. Pelo celular, computador ou *tablet*, entramos em contato com um interlocutor por meio de textos curtos, recheados de recursos da oralidade, desde a pontuação, as imagens e, em particular, os *emojis*. Para simular uma gargalhada, por exemplo, multiplicamos a letra *k*, ou inserimos aquele *emoji* divertido. Em inúmeras outras atividades de linguagem, chamadas, na Pragmática, de atos de linguagem, os *emojis* desempenham a função de substituir ou simular a comunicação em face a face, ou seja, a situação real de interlocução quando se está em presença de outra pessoa. Seja para elogiar, demonstrar sentimentos variados, despedir-se, criticar, lá estão aquelas figurinhas que nada têm de decorativas. Na realidade, elas representam as evoluções da comunicação humana, que não mais se divide entre oralidade e escrita, mas desafia a compreensão dos usuários da língua e, sobremaneira, dos estudiosos da linguagem.

NETIQUETA

Você já ouviu falar em netiqueta? O neologismo surgiu da união de duas palavras: *net* (“rede”, em inglês) e “etiqueta”. Ela designa a etiqueta a ser seguida na internet, isto é, o comportamento a ser adotado no mundo virtual, para uma boa convivência, evitando mal-entendidos. “Etiqueta”, nessa acepção, lembra o emprego mais usual de regras de boa conduta, como não apoiar os cotovelos sobre a mesa, mastigar de boca fechada ou falar baixo em certos ambientes. Na internet, as regras incluem desde o emprego de caracteres, o uso de *emoticons*, o envio e recepção de mensagens, até o emprego de termos de baixo calão, entre vários outros. Vou mencionar algumas regras fundamentais da netiqueta em três situações: e-mail, rede social e comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas. Por ser um tipo de comunicação escrita de rápido envio e recepção, o e-mail se tornou o modo mais disseminado de se marcar encontros e reuniões, enviar documentos, anunciar eventos, entre outros. Em razão dessa rapidez, é muito comum que o remetente não se despeça do destinatário no corpo da mensagem, o que pode soar como desrespeito e até mesmo como uma falha de comunicação. Nas redes sociais, a postagem de informações de cunho estritamente pessoal, como relatos pessoais longos e, não raro, lamuriosos, tendem a criar uma imagem negativa daquele que publica o *post*. A veiculação de imagens de forte apelo visual, como pessoas ou animais doentes, notícias de mortes trágicas e conteúdos sexuais também são fortes concorrentes ao bloqueio do suposto amigo. Nos aplicativos de mensagens instantâneas, a regra é ser econômico, evitando enviar frases curtas a cada teclada. E o que dizer das incontáveis mensagens de “Bom

dia”? Ainda que simpáticas e bem-intencionadas, essas mensagens alteram sua função de comunicação para a de despertador. E, claro, observar a correção linguística nunca é demais, ainda mais quando se tem à disposição um corretor ortográfico inteiramente gratuito e de fácil manejo.

PÓS-VERDADE¹⁴

Você já ouviu falar em pós-verdade? Este termo, um neologismo, é empregado para se referir à época que vivemos atualmente, que, como indica o próprio termo, ultrapassa a era das certezas e dos fatos averiguados, em particular na esfera das mídias de informação. O termo foi usado pela primeira vez em 1992 pelo dramaturgo sérvio-americano Steve Tesich. O dicionário Oxford o definiu em 2016 como um substantivo: “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. Aludindo aos noticiários, poderíamos pensar em sensacionalismo, já que tem como objetivo chamar a atenção, chocar a opinião pública, sem qualquer compromisso com a verdade dos fatos. Além dos noticiários, há as redes sociais, onde o fenômeno da pós-verdade se torna ainda mais evidente. Isso porque qualquer internauta pode formular uma informação e compartilhá-la com os outros usuários da rede, inúmeras vezes; e também porque a informação compartilhada nem sempre é verídica, já que seu objetivo não é informar, mas transmitir uma ideia ou uma causa com ares de informação ou utilidade pública. Assim, um usuário pode relatar experiências pessoais impactantes vinculadas à vida política, por exemplo, a fim de defender ou acusar um partido ou uma ideologia, ganhando repercussão na medida em que os outros vão se apiedando e esforçando-se para resguardar a causa. Por isso é uma pós-verdade, já que se preocupa mais com o efeito do que com a própria ação desencadeadora.

¹⁴ Crônica escrita em co-autoria com Gong Li Cheng.

POSTS FACEBOOK

As redes sociais tornaram-se, na era digital, uma das principais mídias de produção, recepção e circulação de notícias, a tal ponto que o acesso a informações diárias sobre a atualidade local, nacional e internacional parece ser feito preferivelmente pelo *Facebook* ou *Twitter*. Os benefícios são inúmeros, dentre eles a comodidade de receber, avaliar com curtidas e comentários, e ainda compartilhar, diretamente no *feed* de notícias, os fatos e suas versões, ou seja, eventos diários nas áreas da política, comportamento, esportes, entretenimento, entre outros. Tudo isso permite observar que a comunicação nas redes sociais desempenha inúmeras funções, extrapolando aquela a que se propôs quando de sua criação, como no caso do *Facebook*, rede social criada pelo jovem estudante americano Mark Zuckerberg e seus colegas da Universidade de Harvard, em 2004. Em inglês, *Facebook* é um livro dado aos alunos no início do ano letivo para ajudá-los a se conhecerem uns aos outros. Na internet, a função primeira de constituir uma espécie de diário virtual, com a incrível possibilidade de encontrar os amigos, de qualquer época e de qualquer lugar do planeta, cedeu lugar a um ponto de encontro de debate sobre os acontecimentos em tempo real. As publicações, ou *posts*, do *Facebook* são variadas e diversificadas: notícias, receitas, clipes musicais, campanhas de ONGs, anúncios publicitários camuflados, relatos pessoais, lugar de prece e reclamações, entre tantos outros. Outro fenômeno bastante atual no *Facebook* são os comentários, que deixam visíveis as diferentes visões de mundo, no limite entre liberdade e desconhecimento de regras de comportamento. Prova disso é que muitas empresas visualizam as páginas do *Facebook* dos

candidatos a uma vaga de emprego, para conhecer seu perfil, o que inclui desde o emprego da língua, até suas opções políticas.

FAKE NEWS E ELEIÇÕES

A campanha presidencial de 2018 no Brasil ficou marcada pelas chamadas *fake news*, expressão oriunda do inglês “notícia falsa”. Em meio a denúncias de candidatos que teriam se valido da estratégia de propagação em massa de *fake news* em redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, esse tipo de notícia gera curiosidade quanto a sua definição. Afinal, as *fake news* possuem uma forma, ou trata-se apenas de qualquer tipo de texto que veicula um teor não comprovado, adquirindo um caráter sensacionalista e apelativo? Ainda é cedo para se definir as *fake news* como um gênero textual de pleno direito. Entre as *fake news* denunciadas, encontravam-se fotografias, memes, notícias de imprensa, ou seja, há uma diversidade de critérios que autorizaram chamar-se tais textos, verbais e não verbais, de notícias falsas. O fenômeno revela, antes de qualquer coisa, uma profunda transformação no modo de se produzir e fazer circular discursos na era digital. Isso porque, se há alguns anos, as notícias nos eram transmitidas por veículos de imprensa, legítimos para se pronunciarem sobre um dado fato, tendo em vista o próprio código deontológico da profissão de jornalista, guiada pelos imperativos da neutralidade, objetividade e imparcialidade da notícia, na era digital, qualquer usuário pode produzir e colocar em circulação conteúdos informativos, algo que foi facilitado pelas tecnologias da informática, como programas de texto e imagem, e pelas tecnologias digitais, que permitem a um único usuário interagir com milhares, senão milhões de internautas em todo o planeta. Em nossa época, a informação não é mais privilégio da imprensa e dos especialistas das ciências.

OS MEMES SÃO AS NOVAS CHARGES POLÍTICAS¹⁵

Parte integrante da mídia impressa, eletrônica e televisionada, a charge política é comumente identificada aos gêneros do humor gráfico, com o objetivo de atrair o leitor para uma crítica, porém de forma descontraída, mais leve do que outros gêneros dentro da mesma esfera ou suporte. Pois, diferentemente de um editorial, que apresenta apenas elementos linguísticos com exposições e posicionamentos de questões ideológicas partidárias, além de informações sobre figuras políticas, que podem ser muito mais complexas e maçantes para alguns leitores/telespectadores, as charges têm recursos imagéticos, elaborados de forma criativa e até mesmo artística, o que, por conseguinte, é mais atrativo e mais rapidamente consumido. Já no mundo virtual, os memes, ou informações que inesperadamente se espalham como vírus pela internet, têm servido a inúmeros propósitos, inclusive o de satirizar personagens e situações do cenário político. Assim como a charge política, os memes têm o objetivo de produzir efeitos humorísticos e subversivos. Mas, ao contrário das charges que circulam nas mídias jornalísticas, os memes circulam com maior velocidade, ainda mais porque qualquer usuário pode expor suas ideias e insatisfações ao criar um meme e compartilhá-lo nas redes sociais. Se a charge política representa a insatisfação geral contra um governo, os memes o fazem de maneira individualizada, o que, às vezes, acaba ganhando uma maior repercussão, tendo em vista seu entendimento muito mais simples, com a mistura de elementos verbais e imagéticos, ou seja, não é necessário um conhecimento

¹⁵ Crônica escrita em co-autoria com Gong Li Cheng.

mais aprofundado de ciências políticas por parte dos usuários. A título de exemplo, memes que satirizam figuras da política brasileira só são compreensíveis para usuários brasileiros, ou os que sabem da situação política brasileira.

O EFEITO DE VERDADE NOS NÚMEROS DA PANDEMIA

O ano de 2020 foi surpreendido pela pandemia de COVID-19, que modificou a rotina dos habitantes de praticamente todo o planeta, como nunca visto anteriormente. Fazer compras, frequentar a escola, trabalhar, encontrar os familiares e amigos, viajar, são apenas alguns dos hábitos que tiveram de ser revistos e até suspensos. Um vírus microscópico abalou, de fato, o cotidiano das pessoas, e já se prevê um antes e depois da pandemia. Chama a atenção, nesse contexto, o modo como esta crise sanitária é representada nos lugares de grande circulação da linguagem, dando origem a uma verdadeira pandemia midiática e política. Para Dominique Maingueneau, os números e estatísticas da doença criam um efeito de verdade para um vírus invisível aos olhos humanos, fortalecendo o ethos de objetividade tão perseguido pelas mídias, tanto quanto o ethos de responsabilidade almejado pelos políticos. Por meio de boletins diários, que informam sobre número de doentes (sintomáticos e assintomáticos), de mortos e curados, de leitos clínicos e de UTI no sistema público e privado de saúde, taxas de evolução da doença (a famosa “curva”), e ainda, localidades mais e menos atingidas, a doença ganha uma repercussão que não apenas informa sobre sua evolução, mas, sobretudo, contribui para instalar o pânico entre a população e a polêmica na opinião pública. Não surpreende que as mídias e a política se apropriem da pandemia para falarem de si. Um jornal estampa a seguinte manchete: “Coronavírus se espalha rápido e Campo Grande já tem 71% das UTI ocupadas”. Ao acessar a notícia, o leitor fica sabendo que apenas 11% dos leitos de UTI são ocupados por pacientes confirmados (9%) e suspeitos (2%) da doença,

o restante (60%) referindo-se a pacientes não atingidos pela COVID-19. Para o analista do discurso Patrick Charaudeau, quando não se limita a informar, o discurso das mídias manipula e até mesmo superdramatiza a informação.

BIBLIOGRAFIA¹⁶

AMOSSY, Ruth. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

AMOSSY, Ruth; HERSCHBERG PIERROT, Anne-Marie. **Stéréotypes et clichés: langue, discours, société**. Paris: Armand Colin, 2005.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Trad. de A. P. de Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint e Ediouro, 198?.

AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BAKTHIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROS, Manoel de. **Biblioteca Manoel de Barros**. [coleção]. São Paulo: LeYa, 2013.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BASÍLIO, Margarida. **Formação e classe de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

BEACCO, Jean-Claude. **Les dimensions culturelles des enseignements de langue**. Paris: Hachette, 2000.

¹⁶ Apresenta as referências bibliográficas de autores citados no livro e sugestões de leitura para aprofundamento dos temas abordados.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Trad. Glória Novak e Maria Luísa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Trad. Eduardo Guimarães ...[et al]. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BURKE, Edmund. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo**. 2. ed. Tradução, apresentação e notas Enid Abreu. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CHOMSKY, Noam. **Estruturas sintáticas**. Petrópolis: Vozes, 2015.

COLOMBAT, Bernard; FOUNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias lingüísticas**. Trad. Jacqueline Léon; Marli Quadros Leite. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2017.

COMPAYRÉ, Gabriel. **Histoire de la Pédagogie**. Paris: Librairie Classique Paul Delaplane, 1882.

DICTIONNAIRE LITTRÉ DE LANGUE FRANÇAISE. Versão digital. Disponível em <<https://www.littre.org>>.

ECO, Umberto. **Obra aberta**: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FERRATER-MORA, José. **Dicionário de filosofia**. (4 volumes). 2. ed. Trad. de Maria Stela Gonçalves et al. São Paulo: Loyola, 2004.

FERRY, Luc. **Aprender a viver**: filosofia para os novos tempos. Trad. Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Revista Bakhtiniana**, v. 1, n. 1, p. 115-126, São Paulo, 2009.

FIORIN, José Luiz. A linguagem humana: do mito à ciência. In: Fiorin, J. L. (org.). **Linguística: que é isso?** São Paulo: Contexto, 2012, p. 13-43.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux. In: Gadet, F.; Hak, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani ... [et al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 13-38.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher (1973). In: Ostermann, A. C. & Fontana, B. (org. e trad.). **Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 13-30.

LATOUR, Bruno. **Le métier de chercheur: regard d'un anthropologue**. Paris: INRA Éditions, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Organizado por Sório Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Rio de Janeiro: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Frases sem texto**. Tradução Sírio Possenti [et al.]. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MEIRELES, Cecília. **Ou isto ou aquilo**. São Paulo: Global Editora, 2014.

MOIRAND, Sophie. **Les discours de la presse quotidienne**. Observer, analyser, comprendre. Paris : PUF, 2007.

NEVES, Maria Helena; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (Orgs.). **Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 3ª. edição, 1ª. impressão revista e atualizada do Aurélio Século XXI. Editora Positivo, 2004.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de; OLIVEIRA, Sheila Elias de; RODRIGUES, Marlon Leal; KARIM, Taisir MAHMUDO (Orgs.). **Linguagem e significação: sujeitos indígenas**. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é linguística**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A língua brasileira. **Ciência e Cultura**, vol. 57. n. 2. São Paulo, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua Brasileira e Outras Histórias**. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. São Paulo, Editora RG, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**. Sujeito, Sentido, Ideologia. Campinas-SP: 2012.

OXFORD LEARNER'S DICTIONARIES. Disponível em <<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/>>. Acesso em 12 Jul. 2018.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Vanice Oliveira Sargentini, Cleudemar Alves Fernandes. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. A Nova retórica. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERINI, Mário Alberto. **Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem**. São Paulo: Ática, 1999.

PONDÉ, Gloria. **A arte de fazer artes:** como escrever histórias para crianças e adolescentes. São Paulo: SESI SP Editora, 2017.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? **Plural**. Sociologia USP. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo, 1997, p. 154-175.

SANDMANN, Antônio. **A linguagem da propaganda**. São Paulo: Contexto, 1993.

SANTOS, Boaventura dos. **Um discurso sobre as ciências**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SIMÕES, Darcilia. **Semiótica & Ensino:** letramento pela imagem. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2017.

THIESSE, Anne-Marie. **La création des identités nationales**. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

TODOROV, Tzvetan; DUCROT, Oswald. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. Trad. Alice Miyashiro et al. São Paulo: Perspectiva, 1988.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

TRABALHOS ACADÊMICOS¹⁷

BATISTA, Sonia Gonçalves. **O gênero discursivo fofoca, da coluna social à notícia sobre bastidores da política:** tendências do discurso midiático e formação de leitores na Educação Básica. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

CHAVES, A. S. **Gêneros do discurso e memória:** o dialogismo intergenérico no discurso publicitário. 366 f. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

DANTAS, Danielle Paiva. **Presidente/Presidenta:** uma abordagem discursiva da variação linguística. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português- Inglês) – Curso de Letras, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.14, em negrito,

MAGALHÃES, Gabriel Henrique Sousa Correa. **O(s) sentido(s) de “fascismo” no embate de posições ideológicas:** os discursos político-midiáticos durante a corrida presidencial de 2018 no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras) – Curso de Letras, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

RAMOS, Lucinéia. **Povos originários e tecnologias digitais – com a palavra:** os Terena. 93 f. Dissertação (Mestrado) –

¹⁷ Os trabalhos citados podem ser encontrados no endereço http://www.uems.br/pos_graduacao/detalhes/letras-campo-grande-mestrado-academico/teses_dissertacoes ou nos sites das instituições correspondentes.

Curso de Letras, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.

SILVA JUNIOR, José Braulio. **Os sentidos de golpe e impeachment no acontecimento discursivo político-midiático do afastamento de Dilma Rousseff.** 85 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Letras, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

SILVA, Marcelo Eduardo da. **A ilusão de imparcialidade e de neutralidade como estratégia de não assunção da responsabilidade enunciativa:** a cobertura jornalística do caso Bernal. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.

SILVA, Valquíria Aranda Ventura da. **O blog como suporte de divulgação do conto de ficção:** uma proposta de intervenção didática no 9º. ano da E. E. Rotary Club de Corumbá/MS. 76 f. Dissertação (Mestrado Profissional PROFLETRAS) – Curso de Letras. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

Este livro nasceu da necessidade de compartilhar as crônicas diárias veiculadas pela Rádio Educativa 104,7 FM, no período de quatro anos, resultado de um projeto de extensão universitária. As gravações do programa “UEMS em Sintonia” ganharam a forma de um livro de crônicas, agora disponibilizado aos leitores que se interessam pelo universo de conhecimentos sobre a linguagem humana em suas mais variadas e inusitadas manifestações: provérbio, figuras de linguagem, poema, fofoca, slogan, meme, cartaz de manifestação, pichação, cinema, pintura, instalação artística, entre muitas outras. Em linguagem acessível, Aline Saddi Chaves apresenta ao público leigo e iniciado as principais contribuições das ciências da linguagem, com o objetivo de popularizar o discurso científico e colaborar para a formação da opinião crítica e fundamentada, em um tempo de pós-verdade.



ISBN 978-65-87645-28-5



9 786587 645285 >